



Organizadores
Comissão Pastoral da Terra
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

**Os impactos da
produção de cana no
Cerrado e Amazônia**

Índice

5 Introdução



7 Impactos do monocultivo de cana no Brasil

11 Estudos sobre os impactos dos agrocombustíveis nas mudanças climáticas

15 A expansão do monocultivo de cana no Cerrado

21 A devastação da Amazônia brasileira

25 A expansão do cultivo de cana na Amazônia



29 Dados por estado: produção de cana na Amazônia e no Cerrado

Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins



69 Projetos de Infra-estrutura na Amazônia

72 Um histórico de violações de direitos humanos



77 Homenagem à luta pela Reforma Agrária e pela preservação de bens naturais: As várias mortes de Irmã Dorothy Mae Stang

Expediente

Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia

Texto: Maria Luisa Mendonça

Colaboraram: Isidoro Revers, Marluce Melo, Plácido Júnior e Renata Albuquerque.

Artigo: “As várias mortes de Irmã Dorothy Mae Stang” de Aton Fon Filho.

Pesquisa de campo: Isidoro Revers, João Ripper e Maria Luisa Mendonça.

Colaboraram com a pesquisa de campo: Comissão Pastoral da Terra - GO, MS, MT, AM e RO, Conselho Indigenista Missionário – MS, Centro Burnier Fé e Justiça - MS.

Fotos: João Ripper

Projeto Gráfico e Diagramação: Luciane Udovic Bassegio.

Assessoria administrativa: Magali Godoi, Marta Soares e Silvana Silva.

Publicação: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra, Outubro de 2008.

Apoio para pesquisa e publicação: EED - Evangelischer Entwicklungsdienst / Misereor / ICCO & Kerk in Actie/ Grassroots International / Intermón-Oxfam.

Informações:

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Rua Castro Alves, 945 - São Paulo, SP - Cep: 01532-001, Brasil

Tel/Fax: 55- 11 - 3271-1237 | 3271-4878 - Email: redesocial@social.org.br - www.social.org.br

Comissão Pastoral da Terra

Rua Esperanto 490 - Recife, PE - Cep: 50070-390, Brasil

Tel/Fax: 55-81-3231-4445 - Email: cptpe@terra.com.br - www.cptpe.org.br

Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia

Esta publicação visa sistematizar os dados e análises recentes sobre a expansão do monocultivo de cana no Brasil, a partir da chamada “febre do etanol”. Essa expansão está baseada principalmente na expectativa de aumentar a exportação do produto. Nesse sentido, houve uma mudança no perfil da indústria, com forte presença de empresas estrangeiras de diferentes setores, não só agrícolas, mas principalmente financeiras, automotivas e petroleiras.

O impacto no meio rural é imensurável, pois fortalece o modelo agrícola baseado no monocultivo e na consolidação da grilagem de terra. Em pleno século 21, o Brasil baseia suas políticas nas necessidades dos países centrais e de grandes empresas transnacionais, em detrimento do bem-estar de sua população e da preservação de bens naturais. A propaganda do etanol como energia “limpa” já não convence a sociedade. É isso que procuramos mostrar nesse estudo.

O Brasil tem um enorme potencial energético. As novas descobertas de petróleo colocam questões centrais para sua autodeterminação sobre recursos estratégicos, que devem ser geridos de acordo com os interesses do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, o meio rural brasileiro é rico em bens naturais, que devem ser preservados para futuras gerações, a partir do cumprimento dos direitos das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas.

É preciso lembrar que a energia primordial que a humanidade necessita para sua sobrevivência é gerada pelos alimentos. Apesar de todo o potencial agrícola do país, milhões de pessoas não têm acesso ao direito básico à alimentação. Segundo dados do IBGE, 14 milhões de pessoas passam fome no Brasil e mais de 72 milhões vivem em situação de insegurança alimentar.

Um modelo de desenvolvimento compatível com a demanda histórica dos

movimentos sociais teria que priorizar a Soberania Alimentar e realizar a Reforma Agrária, para garantir o acesso à terra a milhões de trabalhadores rurais. Ao contrário, o que presenciamos hoje é a legalização da grilagem de terras, favorecida pelos órgãos públicos, o

aumento da concentração fundiária, a mercantilização da natureza e o descumprimento de leis ambientais e trabalhistas. Os estudos apresentados nessa cartilha demonstram esse processo, a partir de um quadro detalhado da expansão dos canaviais e seus impactos.



Impactos do monocultivo de cana no Brasil

Os monocultivos são responsáveis pela destruição do meio ambiente e de comunidades camponesas, além de impedir que o Brasil alcance a Soberania Alimentar.

Todo monocultivo tem impacto sócio-ambiental, uma vez que é feito de maneira extensiva com um único vegetal. Além de exaurir o solo com o tempo, reduz a biodiversidade, causando devastação ambiental. Do ponto de vista social, as desvantagens são grandes, pois a expulsão da população rural causa desemprego e reduz a produção de alimentos, principalmente realizada por pequenos e médios agricultores. Esses elementos têm se intensificado nos últimos anos, com o processo de investimento governamental no agro-hidronegócio.

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a área de plantação de cana-de-açúcar cresceu de 4,5 milhões para cerca de 7 milhões de hectares nos últimos dois anos. A safra de 2006/2007 foi 9% maior que a safra anterior. A produção de etanol teve um aumento de 16%. Nos últimos cinco anos, a monocultura da cana cresceu o equivalente ao tamanho dos estados do Rio de Janeiro e Sergipe.

A União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) estima que cerca de 70% da cana colhida nesta safra foi utilizada para a produção de etanol e 33% para a produção de açúcar.¹ Atualmente, o setor sucroalcooleiro produz 18 bilhões de litros de

etanol por ano. A estimativa é chegar a 28 bilhões de litros em 2010. Previsões indicam que a safra de cana em 2008/2009 deve ser a maior da história, chegando a 498,1 milhões de toneladas.²

O pesquisador Horacio Martins de Carvalho estima que, "O Brasil vai construir, em média, duas a três usinas de álcool e açúcar por mês até 2013. Hoje com 336 unidades, deve chegar a 409 (ou 598, com os projetos sob consultas em andamento) até o final da safra 2012/2013".³ A previsão é que, até 2025, o país tenha 615 usinas de etanol.⁴

Essa expansão está sendo aquecida pelo Programa Nacional de Biocombustíveis, com grandes subsídios por parte do governo. Dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) revelam que há atualmente propostas de financiamento que somam R\$ 7,2 bilhões. O total de investimentos do banco para a construção de novas usinas deve chegar a R\$ 12,2 bilhões.

Em todo seu processo produtivo, desde o plantio até a colheita, os impactos ambientais e sociais dos monocultivos de cana são enormes. A utilização intensiva de produtos químicos faz com que a poluição do solo e das águas seja inevitável. Os agrotóxicos são usados desde o processo de preparação do solo, com produtos para inibir o



Além da contaminação dos recursos hídricos, se utiliza muita água na produção do etanol.

nascimento de ervas e eliminar insetos. Quando a cana começa a brotar, são aplicados herbicidas, provocando a poluição do solo e das fontes de água, inclusive no subsolo.

De acordo com o pesquisador Horácio Martins, “Um dos gases responsáveis pelo efeito estufa, o óxido nitroso (N_2O), tem como principal fonte de emissão a agricultura, e é 310 vezes mais poluente que o dióxido de carbono (CO_2), o mais comum na atmosfera”. Martins cita ainda o problema da “contaminação das águas e do solo pelos agrotóxicos e os herbicidas, assim como saturação dos solos pelos fertilizantes nitrogenados”, além da “compactação dos solos pela motomecanização pesada”.⁵

Apesar do aumento da mecanização, que ocorre em cerca de 40% das lavouras, as queimadas ainda são frequentes na colheita da cana. Essa prática

destrói os microorganismos do solo, polui o ar e causa doenças respiratórias. A queima da palha da cana libera gases que contribuem para o efeito estufa. A fuligem liberada a partir da queima da cana causa prejuízos ao bem-estar e à saúde da população, pois grande quantidade de cinzas é lançada sobre as cidades próximas às lavouras. Em São Paulo, maior produtor de cana do país, as queimadas levam a umidade relativa do ar a atingir níveis extremamente baixos, entre 13% e 15%.

Além da contaminação dos recursos hídricos, se utiliza muita água na produção do etanol. De acordo com um estudo publicado na revista *Natural Resources Research*, são necessários 7 mil litros de água para cultivar 12 quilos de cana, usados para a produção de um litro de etanol. E cada litro de etanol gera 10 litros de água contaminada residual.⁶

Segundo estudo da agrônoma Marília Castro Lima, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), para cada litro de etanol produzido são gerados de 10 a 13 litros de vinhoto. Uma parte do vinhoto é utilizada como fertilizante, se diluído em água. Porém, pesquisadores advertem que esta substância contamina rios e fontes de água subterrâneas. No Brasil, a maior parte dos reservatórios de vinhoto não é feita de cimento e, portanto, essa substância polui o subsolo e os aquíferos.

Outro efeito da expansão dos monocultivos para produção de commodities é o aumento do preço da terra. Em 2007, este aumento foi em média de 18%. Segundo o professor José Gilberto de Souza da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), “essa trajetória tem sido influenciada de modo mais decisivo pela expansão da cana”.⁷

Uma história de destruição

Para avaliar os impactos no Cerrado e na Amazônia, basta constatar a enorme devastação que o monocultivo da cana causou na Mata Atlântica, especialmente no Nordeste e no Centro-Sul. De acordo com estudo do advogado Bruno Ribeiro, “a ação destruidora da Mata Atlântica promovida pela atividade canavieira se acentuou no período do Proálcool, nas décadas de 70 e 80.

Em 2008, um fato inédito aconteceu em Pernambuco. Depois de tantas denúncias feitas por organizações sociais ao IBAMA, todas as 24 usinas de cana-de-açúcar do estado foram autuadas por crime ambiental. Essas empresas são responsáveis pela destruição da Mata Atlântica na região e contaminação dos cursos de água. Como consequência do desmatamento, o estado passou a ter o menor índice de áreas preservadas do bioma. Enquanto a média nacional é de 8%, Pernambuco possui apenas 2,7% de Mata Atlântica. Segundo dados apresentados pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, essas 24 usinas são responsáveis por um passivo ambiental de 85 mil hectares.⁸

Portanto, os monocultivos são responsáveis pela destruição do meio ambiente e de comunidades camponesas, além de impedir que o Brasil alcance a Soberania Alimentar. É preciso denunciar a enorme destruição da biodiversidade causada pela expansão da indústria da cana e defender a demanda histórica dos movimentos sociais pela Reforma Agrária. O Brasil continua sendo um dos campeões do mundo em concentração de renda e terra, além de manter um alto índice de pobreza e fome. É preciso defender um modelo de desenvolvimento voltado para a Soberania Alimentar, que priorize a democratização da terra e a preservação de recursos naturais.

¹ Agência Reuters, 15/05/2008.

² Agência Brasil, 17/04/2008.

³ Texto de Horacio Martins de Carvalho, *Avalanche do Imperialismo Verde*, 3/5/07.

⁴ Jornal O Popular, *Cerrado vira ‘refúgio’ da cana*, 08/09/08.

⁵ Texto de Horacio Martins de Carvalho, *Avalanche do Imperialismo Verde*, 3/5/07.

⁶ Texto original: “cada litro de etanol gera 10 litros de água contaminada residual, o vinhoto. Isso significa que, para cada litro de etanol, são utilizados 7 mil litros de água e contaminados outros 10 litros”. <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Galileu/0,,EDG83925-7837-203-3,00-BIOCOMBUSTIVEL+OU+COMIDA.html>.

⁷ Radioagencia Notícias do Planalto, 5/5/08.

⁸ <http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=1421>



“Denúncias de problemas sociais e ambientais fizeram com que a União Europeia reduzisse sua meta de uso de agrocombustíveis”

Estudos

sobre os impactos dos agrocombustíveis nas mudanças climáticas

A pesar do esforço do governo brasileiro para convencer a comunidade internacional de que o etanol brasileiro é “renovável”, entre 2007 e 2008 houve uma mudança significativa em relação a essa imagem. Recentemente, denúncias de problemas sociais e ambientais fizeram com que a União Européia reduzisse sua meta de uso de agrocombustíveis, fixada inicialmente em 10% até 2020.

Em 7 de julho de 2008, o Comitê de Meio Ambiente do Parlamento Europeu aprovou a redução dessa meta para 4% até 2015, quando uma nova resolução será adotada a partir de estudos mais aprofundados sobre seus impactos. A meta de 4% inclui o uso de hidrogênio e energia elétrica nos transportes, o que significa uma redução ainda maior na utilização de agrocombustíveis.

Dois dias antes da votação, a agência de notícias *France Presse* havia registrado uma

reunião informal de ministros de energia da União Européia e descreveu que “o que parecia ser um impressionante engano por parte de políticos em Bruxelas chega a tal ponto que a imagem dos biocombustíveis mudou em um período de meses, de salvadores do clima para forasteiros do clima”.⁹

Segundo nota da organização Amigos da Terra, “membros do Parlamento Europeu votaram para reduzir de forma significativa as metas de promoção de biocombustíveis diante de evidências crescentes de seus impactos no preço dos alimentos, nos povos e na biodiversidade, e de sua incapacidade de combater a mudança climática”.

O próprio Comitê Científico da Agência Européia de Meio Ambiente (*EEA - European Environment Agency*) havia recomendado a suspensão da meta de 10% na utilização de agrocombustíveis e avaliado a necessidade da realização de estudos mais abrangentes sobre seus riscos.¹⁰



O etanol produzido a partir da cana-de-açúcar e o biodiesel feito a partir da soja causam mais danos ao meio ambiente do que os combustíveis fósseis.

Os impactos do modelo de produção

O problema de muitas pesquisas realizadas anteriormente foi excluir os impactos ambientais do modelo de produção, de utilização de recursos naturais (como terra e água) e da pressão sobre áreas de preservação ou de produção de alimentos. Uma reportagem da revista *Time* observa que a maioria dos estudos tem calculado o potencial de seqüestro de carbono dos agrocombustíveis sem levar em conta o impacto da implantação de monocultivos em áreas onde a vegetação e o solo acumulam uma quantidade maior de carbono. “É como se esses cientistas imaginassem que os biocombustíveis fossem cultivados em estacionamentos”, comenta a matéria.¹¹

Um dos estudos mais importantes sobre a mudança nas formas de utilização da terra e sua relação com o aumento nas emissões de carbono foi publicado pela revista *Science*. Os autores afirmam que “A maioria dos estudos anteriores descobriu que substituir gasolina por biocombustíveis poderia reduzir a emissão de carbono. Essas análises não consideraram as emissões de carbono que ocorrem quando agricultores, no mundo todo, respondem à alta dos preços e convertem florestas e pastos em novas plantações, para substituir lavouras de grãos que foram utilizadas para os biocombustíveis”.¹²

O artigo cita o aumento do preço da soja como fator de influência para acelerar o desmatamento

na Amazônia e estima que seu cultivo para a produção de diesel resulta em uma “dívida de carbono” que levaria 319 anos para ser compensada. De acordo com o pesquisador Timothy Searchinger, da Universidade de Princeton, “Florestas e pastos guardam muito carbono, portanto não há como conseguir benefícios ao transformar essas terras em cultivos para biocombustíveis”.

Essa pesquisa demonstra que os efeitos da produção de agrocombustíveis devem ser avaliados a partir de todo o ciclo da expansão de monocultivos. No Brasil, sabemos que as plantações de cana avançam rapidamente, além de “empurrar” a fronteira agrícola das fazendas de gado e soja. Diante disso, um estudo confiável de impacto ambiental teria que incluir todo o setor agrícola e todo o processo de produção do etanol.

Em janeiro de 2008, o Instituto de Pesquisas Tropicais Smithsonian constatou que o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar e o biodiesel feito a partir da soja causam mais danos ao meio ambiente do que os combustíveis fósseis. A pesquisa alerta para a destruição ambiental no Brasil, causada pelo avanço das plantações de cana e soja na Amazônia, na Mata Atlântica e no Cerrado. Segundo o pesquisador William

Laurance, “a produção de combustível, seja de soja ou de cana, também causa um aumento no custo dos alimentos, tanto de forma direta quanto indireta”.¹³

A divulgação desses estudos confirma as denúncias de organizações sociais e demonstra a mudança de tom no debate internacional. Como observou o jornal *El País* “diversos centros de pesquisa e a maior parte dos grupos ecológicos e de direitos humanos emitem diariamente declarações, afirmando que os biocombustíveis não contribuem para combater as mudanças climáticas, que provocam graves impactos ambientais em regiões de alto valor ecológico, alteram o preço dos alimentos e que consolidam um modelo agrícola de exploração trabalhista e alta dependência de grandes multinacionais”.¹⁴



⁹ PARIS (AFP), 5/7/2008, *EU ministers 'discover' biofuels not an obligation after all*.

¹⁰ EEA Scientific Committee – *Opinion on biofuels use in Europe*, <http://www.eea.europa.eu/highlights/suspend-10-percent-biofuels-target-says-eeas-scientific-advisory-body>

¹¹ Time Magazine, 14/4/2008, *The Clean Energy Myth*.

¹² Science Magazine, 28/2/2008, *Use of U.S. Cropland for Biofuels Increases Greenhouse Gases Through Emissions from Land-Use change*.

¹³ Lusa, 09/01/2008, *Estudo da "Science" diz que etanol pode ser mais nocivo ao Ambiente do que a gasolina*, www.ultimahora.publico.clix.pt/noticia.

¹⁴ El País, *Biocombustíveis perdem o rótulo ecológico*, 31/3/2008.

An aerial photograph of a vast agricultural landscape, likely a sugarcane field. The terrain is divided into numerous rectangular plots by a network of roads and canals. A prominent, dark, winding road or canal runs diagonally across the lower right portion of the image. The overall color palette is monochromatic, in shades of gray, emphasizing the geometric patterns of the land use.

“A cada ano,
cerca de 22 mil quilômetros
quadrados de
cerrado são desmatados”.

A expansão do monocultivo de cana no CERRADO

O cerrado é conhecido como “pai das águas”, pois abastece as principais bacias hidrográficas do País.



A região do Cerrado possui dois milhões de quilômetros quadrados e está localizada entre a Amazônia, a Mata Atlântica, o Pantanal e a Caatinga, incluindo os estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Tocantins, sul do Maranhão, oeste da Bahia e parte do estado de São Paulo.

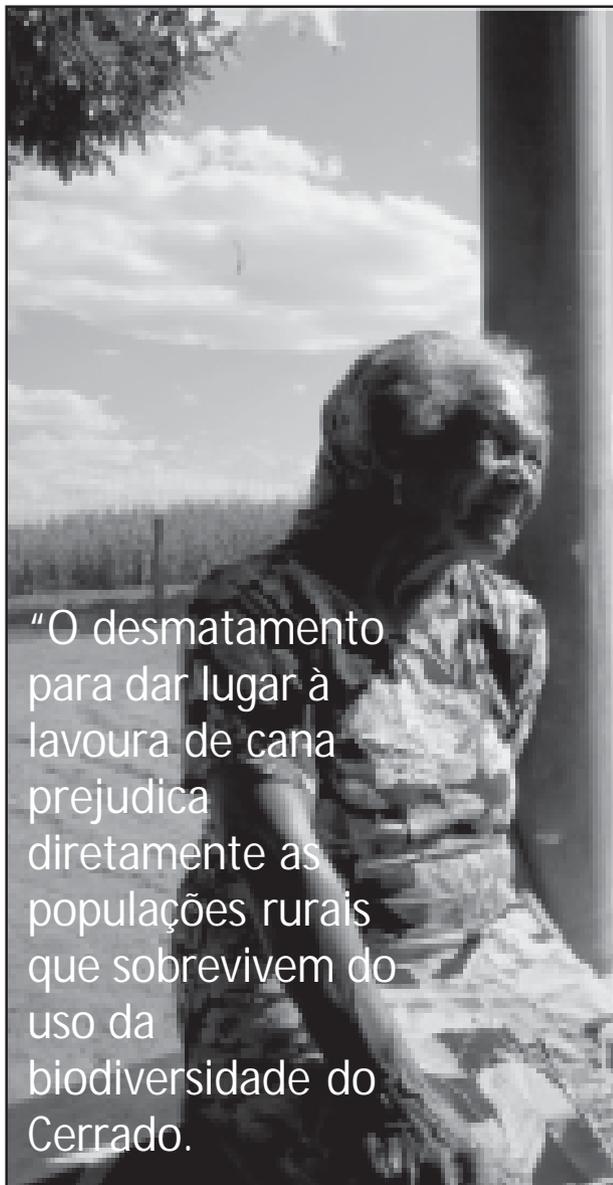
O cerrado é conhecido como “pai das águas”, pois abastece as principais bacias hidrográficas do País. A região é tão importante por sua riqueza em biodiversidade quanto a Amazônia, pois abriga cerca de 160 mil espécies de plantas e animais, muitas ameaçadas de extinção. No entanto, sua

destruição não tem gerado tanta visibilidade, apesar da intensidade e das sérias consequências que tem causado. Estudos indicam que, a cada ano, cerca de 22 mil quilômetros quadrados de cerrado são desmatados. Estima-se que mais da metade da região já tenha sido devastada e, nesse ritmo, sua total destruição poderá ocorrer até 2030.

Em seu artigo, “Carta aberta a invisibilidade do Cerrado na política ambiental”, o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense, explica que, “O Cerrado, senhor ministro, é o único dos biomas brasileiros que faz limite com todos os outros biomas e, por isso, mantém áreas de tensão ecológicas que têm uma elevada complexidade, inclusive por sua megabiodiversidade, e onde o conhecimento pormenorizado advindo de uma longa vivência, como a dos camponeses, quilombolas e povos originários, se torna particularmente importante e, por isso, esses povos devem se tornar patrimônio do país (e da humanidade) pela relevante contribuição que têm para qualquer política ambiental para o país pelos Cerrados”.¹⁵

Nessa região, o corte da cana começa no mês de abril, que coincide com o final do período chuvoso. Então, a renovação da lavoura - ou *brot*

- só acontece com a ajuda de irrigação do solo. É justamente neste período que o volume de água dos rios diminui, pois coincide com o período de estiagem. Com o uso da água para a irrigação da cana-de-açúcar, esse volume diminui ainda mais. Dessa forma, ocorre um processo de secagem dos brejos e dos leitos dos rios, dizimando pequenas nascentes. Soma-se a esse fato a destruição da mata ciliar, provocando a erosão do solo e comprometendo ainda mais o fluxo normal das águas, diminuindo inclusive os índices pluviométricos. Esse processo está acarretando profundas mudanças na paisagem do cerrado e põe em risco a própria existência deste bioma.¹⁶



“O desmatamento para dar lugar à lavoura de cana prejudica diretamente as populações rurais que sobrevivem do uso da biodiversidade do Cerrado.

A expansão dos canaviais

Nos últimos anos, o governo elegeu o Cerrado como prioritário para a expansão das lavouras de cana, pois essa região apresenta uma topografia favorável, com terras planas, de boa qualidade, e farto potencial hídrico. Dados do IBGE indicam que, na safra de 2007, as lavouras de cana ocupavam 5,8 milhões de hectares no Cerrado.¹⁷

A indústria canvieira tem se expandido rapidamente e gerado enorme devastação ambiental. Para iniciar o plantio da cana é necessário retirar a vegetação nativa e, portanto, todas as árvores são arrancadas. Em agosto de 2008, um acordo entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura resultou em uma série de modificações na Lei de Crimes Ambientais. Um dos resultados foi o anúncio de um decreto do presidente Lula que permite a instalação de usinas de cana no Pantanal. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do IBGE e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), novas usinas de cana estão sendo instaladas em áreas de preservação ambiental e de nascentes.¹⁸

Um relatório do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) afirma que, “O ISPN detectou situações que apontam riscos para a biodiversidade, a água e o clima na região. Nos municípios de Goianésia e Barro Alto, em Goiás, uma área de cerca de 2, 5 mil km² considerada pelo MMA como ‘prioridade muito alta’ para o fomento e uso sustentável já está dominada pela cultura da cana. A situação se repete em outras áreas do estado. Na região que engloba as nascentes do rio São Lourenço – um dos mais importantes do Mato Grosso – as lavouras de cana avançam sobre áreas onde se tenta implementar um corredor de biodiversidade. Nesse caso, a produção canvieira se concentra nos municípios de Dom Aquino, Jaciara e Juscimeira. Em Minas Gerais, estado que também está vivendo a expansão da monocultura da cana, o levantamento aponta exemplos como o do polígono que envolve os municípios de Lagoa da Prata, Luz, Arcos, Iguatama e Japaraíba e que tem ‘alta prioridade’ para a conservação ambiental. Na

região central do estado de São Paulo, uma área considerada como ‘prioridade extremamente alta’ para consolidar e conectar Unidades de Conservação, agora convive com extensos canaviais. A Reserva Biológica (REBIO) localizada no município paulista de Sertãozinho é vista nos mapas como uma ilha cercada de cana por todos os lados”.¹⁹

Segundo o ISPN, há 27 novas usinas em São Paulo; 17 em Goiás, onde estão previstas mais 40 usinas; 31 em Minas Gerais, com previsão de construção de mais 14; e em Mato Grosso do Sul existem 10 usinas e mais 15 em construção. O ISPN adverte que “o desmatamento para dar lugar à lavoura de cana prejudica diretamente as populações rurais que sobrevivem do uso da biodiversidade do Cerrado. Outra consequência temível é que os pequenos produtores de alimentos deixem suas plantações atraídos pelos empregos temporários no corte da cana, o que poderá diminuir a produção de alimentos na região, além de agravar a migração para as periferias urbanas”.²⁰



“o Brasil é visto como grande ‘celeiro’, tanto para plantações de cana quanto de soja.”

Destruição ambiental

A expansão da produção de agrocombustíveis tem o efeito de multiplicar a destruição ambiental, pois na medida em que aumenta a demanda externa pelo produto, o Brasil é visto como grande “celeiro”, tanto para plantações de cana quanto de soja. Em entrevista ao jornal Washington Post, Carlo Lovatelli, diretor comercial da Bunge, multinacional que controla 93% da exportação da soja brasileira, afirma que, “Se os Estados Unidos disputam a produção de etanol, o preço da soja tende a subir e essa demanda será suprida pelo Brasil”. E completa, “O cerrado é perfeito para a agricultura e será usado—não há nenhuma dúvida sobre isso”.²¹

O efeito dominó também ocorre na criação de gado. Dados do Inpe mostram que, entre 2003 e 2007, houve um aumento de 17,64% nas plantações de cana em São Paulo, que chegaram a 3,6 milhões de hectares no estado. Segundo matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, “O rebanho sem pasto segue para Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, lugares onde a cana também avança. (...) “Quem desce de Barretos rumo ao Pontal tem a convicção de que São Paulo pouco a pouco está se transformando num imenso canavial, digno de ser visto do espaço. Aliás, é o que tem mostrado a Embrapa Monitoramento por Satélite, que vê uma revolução cá embaixo. São milhares de hectares de pasto, ao longo da Rodovia Assis Chateaubriand, arrancados sem cerimônia para serem convertidos em canaviais”.²²

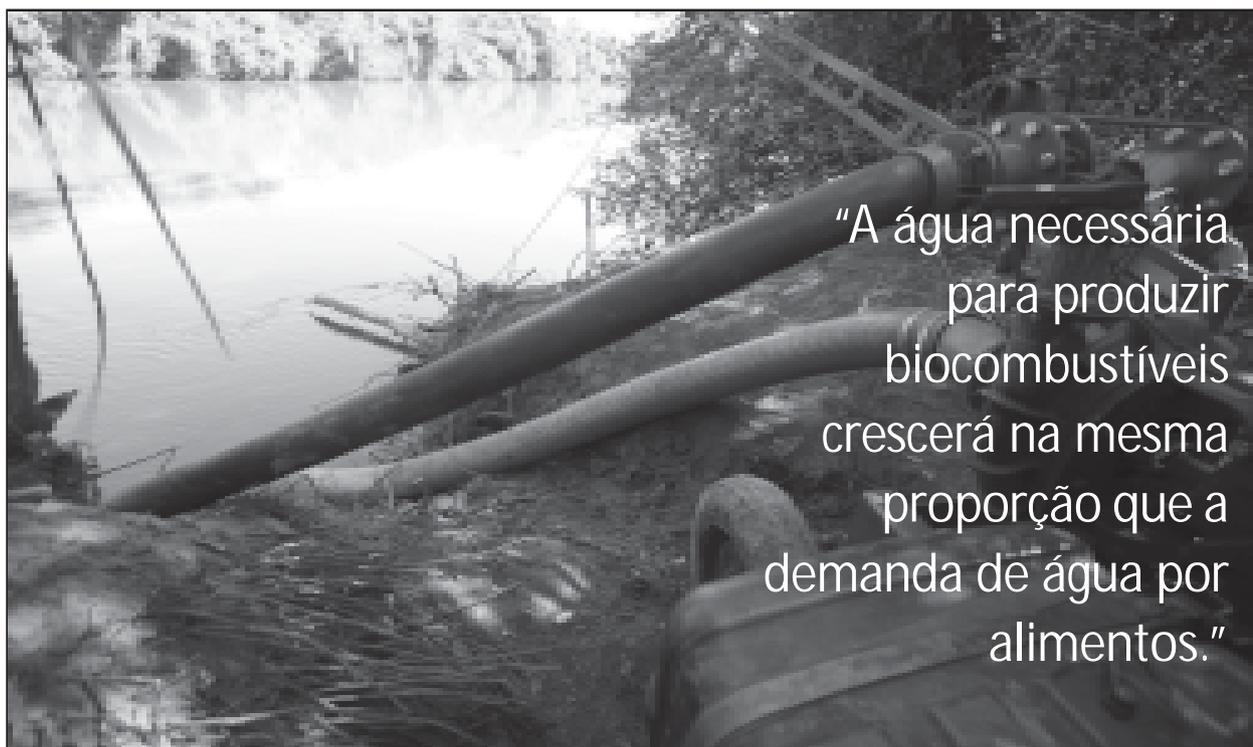
Uma pesquisa do Centro de Estudos em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo estima que, nos próximos cinco anos, serão gastos US\$ 14,6 bilhões de dólares na construção de 73 novas na região Centro-Sul. O pesquisador Sérgio De Zen acredita que, “A chamada pecuária extensiva, organizada em grandes extensões de terra, migra agora para Mato Grosso, Tocantins, para a fronteira agrícola que ameaça o bioma amazônico ou pantaneiro. Dessa forma, o etanol, que em todas as contas aparece como alternativa econômica viável para o mundo - na corrida pela substituição do combustível fóssil -, converte-se numa ameaça ambiental”.²³

Segundo o professor Antônio Thomaz Júnior, do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), “a expansão da cana-de-açúcar no Brasil para produção de etanol pode avançar sim sobre áreas onde atualmente se cultivam gêneros alimentícios, além de colocar em risco a integridade de importantes biomas, como a Amazônia e o Pantanal”.²⁴

Outra preocupação é a demanda por água na produção de agrocombustíveis. O diretor do Comitê Científico do Instituto Internacional da Água de Estocolmo, Jan Lundqvist, adverte que, “Atualmente a quantidade de água usada em todo o mundo na produção de alimentos é da ordem de 7 mil m³. Em 2050, a previsão é de que essa quantidade aumente para 11 mil m³, o que significa quase o dobro da água utilizada hoje”. E

as projeções indicam que a água necessária para produzir biocombustíveis crescerá na mesma proporção que a demanda de água por alimentos, o que representaria a necessidade de 20 a 30 milhões de m³ em 2050. E isto não é possível”.²⁵

Um estudo sobre o impacto da produção de etanol sobre as fontes de água, publicado pela *National Academies Press*, nos Estados Unidos, revela que, “A qualidade da água subterrânea, dos rios, do litoral e das nascentes pode ser impactada pelo crescente uso de fertilizantes e pesticidas usados nos biocombustíveis. Altos níveis de nitrogênio são a principal causa da diminuição do oxigênio em regiões conhecidas como ‘zonas da morte’, as quais são letais para a maioria dos seres vivos. A poluição sedimentada em lagoas e rios também pode causar erosão do solo”.²⁶



¹⁵ Brasil de Fato, *Carta aberta a invisibilidade do Cerrado na política ambiental*, 04/08/08.

¹⁶ http://www.faculdadeanics.unesp.br/acad_monografias/geografia/geografia_200603_mariaaparecida.pdf

¹⁷ PrimaPagina, *Cana pressiona área de proteção no Cerrado*, 09/04/2008, http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=2902&lay=mam

¹⁸ PrimaPagina, *Plantio ocupou, em 2007, 162 mil hectares do bioma que hoje o governo indica como áreas de conservação*, 08/04/2008.

¹⁹ Instituto Sociedade, População e Natureza, *Cana-de-açúcar avança em áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável do Cerrado*, <http://www.ispn.org.br>.

²⁰ O Estado de São Paulo, *Cana coloca em risco o cerrado brasileiro*, 03/12/07, 01:54, <http://conexaotocantins.com.br/noticia/cana-coloca-em-risco-o-cerrado-brasileiro/926>

²¹ Washington Post, *Losing Forests to Fuel Cars: Ethanol Sugarcane Threatens Brazil's Wooded Savanna*, 31/7/07.

²² O Estado de S. Paulo, *Cana invade os pastos e expulsa os rebanhos*, 15/04/07.



Riscos para a saúde dos trabalhadores e da população local

Há também uma série de estudos sobre o aumento da poluição ambiental, causada pelas queimadas nas regiões dos canaviais. Um parecer técnico do Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul, publicado em 6 de maio de 2008, (REF: OF/PRT24^a/GAB-HISN/Nº 134/2008) concluiu que a queima da cana “resulta na formação de substâncias potencialmente tóxicas, tais como monóxido de carbono, amônia e metano, entre outros, sendo que o material fino, contendo partículas menores ou iguais a 10 micrometros (PM10) (partículas inaláveis), é o poluente que apresenta maior toxicidade e que tem sido mais estudado. Ele é constituído em seu maior percentual (94%) por partículas finas e ultrafinas, ou seja, partículas que atingem as porções mais

profundas do sistema respiratório, transpõem a barreira epitelial, atingem o interstício pulmonar e são responsáveis pelo desencadeamento de doenças graves”.

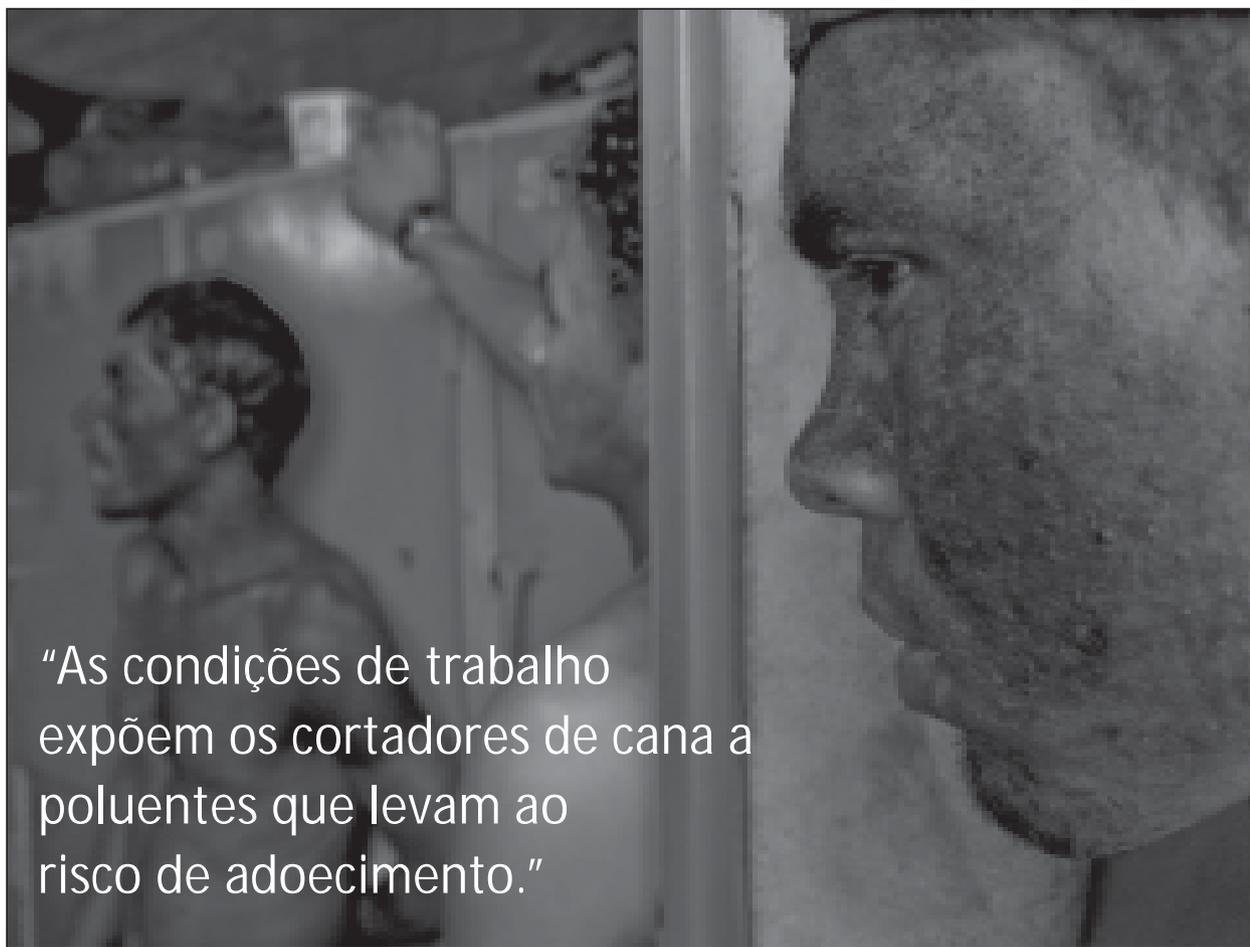
O documento cita diversos estudos científicos, como os do Dr. Marcos Abdo Arbex, que “revelaram que a poluição atmosférica gerada pela queima da cana-de-açúcar levou a um significativo aumento dos atendimentos hospitalares para tratamento de asma”. Também foram citadas outras doenças cardíacas, arteriais e cerebrovasculares, “tanto efeitos agudos (aumento de internações e de mortes por arritmia, doença isquêmica do miocárdio e cerebral), como crônicos, por exposição em

²³ O Estado de S. Paulo, Cana invade os pastos e expulsa os rebanhos, 15/04/07.

²⁴ *Cana pode prejudicar meio ambiente e produção de alimentos*, 03/04/2007, <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=984>

²⁵ BBC Brasil, Biocombustível causaria falta de água, 13/08/07.

²⁶ National Academies Press, *Report Considers Impact of Ethanol Production on Water Resources*, 10/10/07, <http://www.nationalacademies.org/morenews/20071010.html>



“As condições de trabalho expõem os cortadores de cana a poluentes que levam ao risco de adoecimento.”

longo prazo (aumento de mortalidade por doenças cerebrovasculares e cardíacas)”.
Em relação aos problemas sociais, o relatório destaca, “o não cumprimento da legislação trabalhista e as intoxicações dos trabalhadores por produtos químicos; morte dos trabalhadores por inalação de gás cancerígeno; incidência de problemas respiratórios, pois a queima libera gás carbônico, ozônio, gases de nitrogênio e de enxofre (responsáveis pelas chuvas ácidas); liberam também a indesejada fuligem da palha

queimada (que contém substâncias cancerígenas)”. O estudo conclui que “Os dados acima colocam em evidência que a exposição dos cortadores de cana a materiais particulados gerados durante o processo queima da cana-de-açúcar constitui um importante fator de risco a ser considerado na análise e associação das possíveis causas da morte súbita de alguns destes trabalhadores”. E acrescenta, “As condições de trabalho expõem os cortadores de cana a poluentes que levam ao risco potencial de adoecimento, principalmente, por problemas respiratórios e de câncer de pulmão”.²⁷

A devastação da Amazônia brasileira

Nos últimos anos, o Inpe tem divulgado dados alarmantes sobre o ritmo crescente de desmatamento na Amazônia brasileira. Entre agosto de 2006 e julho de 2007, a devastação atingiu 11.200 quilômetros quadrados. Entre agosto de 2007 e março de 2008, o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) registrou 4.732 quilômetros quadrados de desmatamento.²⁸ O Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) calcula que, em 2007, 20% do desmatamento na Amazônia atingiu reservas indígenas ou de proteção ambiental.²⁹

Em março de 2008, o Inpe constatou que este índice era oito vezes maior do que em março de 2007. Em abril de 2008, mais de 1,1 mil quilômetros de florestas foram devastados.³⁰ Em junho de 2008, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), registrou um aumento no índice de desmatamento na Amazônia, principalmente nos estados do Mato Grosso e Pará, onde mais de 600 quilômetros quadrados

foram devastados. Este número é 23% maior do que os dados apurados em junho de 2007. De acordo com Paulo Barreto, representante do Imazon, este aumento é consequência da expansão da agropecuária na região.³¹

Entre agosto de 2007 e julho de 2008, o Inpe constatou um aumento de 64% no desmatamento, que atingiu 8.138 quilômetros quadrados na Amazônia.³² O Inpe calcula que, nos últimos 20 anos, um hectare de floresta desaparece a cada dez segundos no Brasil. De um total de quatro milhões de quilômetros quadrados, cerca de 700 mil já foram desmatados. Previsões do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia indicam que outros 670 mil quilômetros quadrados podem ser devastados até 2030, caso se mantenha o atual modelo predatório na região.³³ Outro estudo realizado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), alerta que o desmatamento poderá destruir completamente a Amazônia brasileira em apenas 40 anos.³⁴



Em julho de 2008, uma pesquisa publicada na revista PNAS revela que o Brasil foi responsável por 47,8% da destruição de florestas tropicais no mundo. O estudo foi realizado pelo professor Mathew Hensen, da Universidade de Dakota do Sul (EUA) e cobriu o período de 2000 a 2005.³⁵ Todos os estudos recentes revelam que o maior nível de desmatamento na Amazônia brasileira ocorreu no estado do Mato Grosso, responsável por 54% do total. Em seguida vêm os estados do Pará, com 18% e Rondônia, com 16%.³⁶

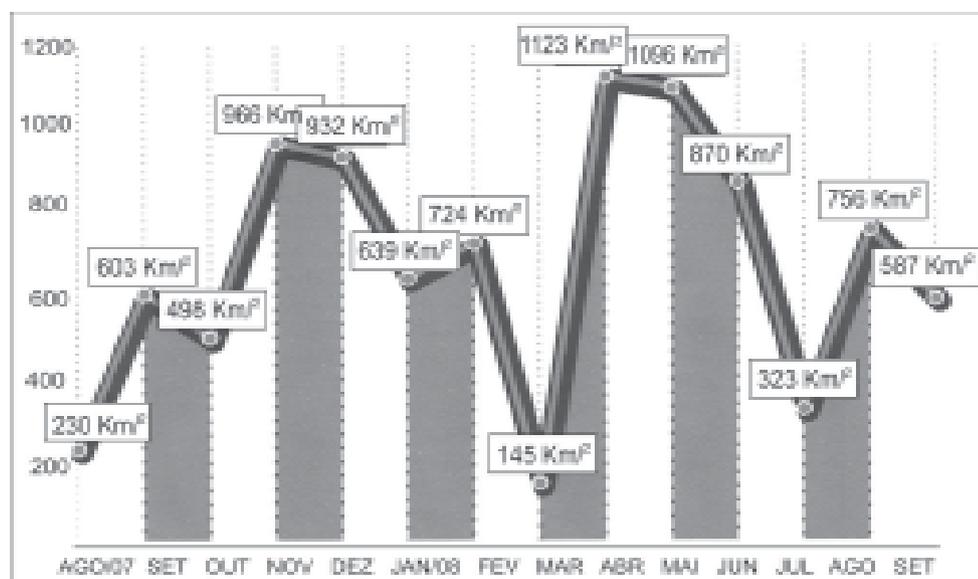
Estes dados constataam o impacto da expansão de atividades agropecuárias em grande escala na devastação da floresta. Esta expansão foi uma das principais razões da saída da ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pressionada a atender os interesses de grandes produtores rurais, principalmente diante do aumento do preço de commodities agrícolas, em consequência da relação crescente entre os mercados de energia e alimentos. O governo brasileiro tem ignorado a dimensão da crise ambiental causada pela implementação de um modelo de desenvolvimento baseado no monocultivo e na exportação que causam, entre outras coisas, o aumento do desmatamento, tanto na Amazônia quanto no Cerrado.

Em junho de 2007, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), das Organizações das Nações Unidas (ONU), havia alertado para o problema da desertificação, que tem aumentado

em nível continental, causando o agravamento da pobreza, a insegurança alimentar e a migração das populações rurais. Segundo o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, "mais de 200 milhões de pessoas sofrem diretamente a ponto de ter que abandonar suas terras e emigrar para outras zonas".³⁷ Durante sua visita ao Brasil, em novembro de 2007, Ban Ki-moon expressou grande preocupação ao declarar que a Amazônia - descrita por ele como "pulmão da terra" - está "sufocando".³⁸

O ambientalista Lester Brown, um dos pioneiros no estudo do tema, declarou ao jornal *Folha de São Paulo* que "os biocombustíveis são a maior ameaça à diversidade da Terra". Ele sugere que "o Brasil comece a desenvolver outras fontes de energia, incluindo a solar e a eólica, em que tem grande potencial". E alerta, "O que temos que fazer é pensar em uma nova economia, com fontes renováveis de energia, que tenha um sistema de transporte diversificado e que reúse e recicle tudo... Se não reestruturarmos a economia no mundo, o progresso econômico não se sustentará".³⁹

Porém, o governo brasileiro insiste em defender a expansão de monocultivos em grande escala para a produção de agroenergia. Além dos discursos do presidente Lula em prol desse modelo, o governo instituiu uma série de medidas administrativas e econômicas para facilitar essa expansão.



FONTE: INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

Área desmatada mês a mês

Em março de 2008, o Inpe constatou que este índice era oito vezes maior do que em março de 2007. Em abril de 2008, mais de 1,1 mil quilômetros de florestas foram devastados.

Grilagem de terra

Em julho de 2008, o Senado aprovou uma Medida Provisória proposta pelo governo, que aumenta a área de terras públicas que pode ser vendida sem licitação na Amazônia, de 500 para 1.500 hectares. De acordo com a ex-ministra do meio ambiente e senadora Marina Silva, que votou contra a medida, “isso vai aumentar a grilagem e, conseqüentemente, o aumento do desmatamento na Amazônia. Vai promover a privatização da floresta pública, sem responder a qualquer processo de licitação”.⁴⁰ No dia 6 de agosto de 2008, o presidente Lula

assinou a lei que regulamenta essa Medida Provisória e, além de confirmar o aumento das áreas que podem ser vendidas sem licitação, ainda vetou um artigo que condicionava esta medida ao zoneamento ecológico-econômico na Amazônia.

O termo “grilagem” se refere ao processo de fraude na apropriação de terras públicas e áreas de posseiros, principalmente nas regiões de fronteira agrícola. Historicamente, esse mecanismo foi utilizado para garantir o domínio dos “coronéis” ou latifundiários sobre vastas extensões de terra. Com a modernização da agricultura, além do domínio político, a propriedade da terra possibilitou a ampliação do domínio econômico e tecnológico, inclusive de empresas transnacionais, que apropriam-se de terras públicas para produzir commodities para exportação em larga escala. Os principais mecanismos usados na grilagem de terras são os



registros ilegais com a conivência de cartórios e membros do poder judiciário.

A prática da grilagem, ou posse ilegal de terras públicas, representa um sério problema na Amazônia, pois serve a atividades predatórias, como extração ilegal de madeira, seguida de implantação de agricultura ou pecuária intensiva. Em julho de 2008, um estudo do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) estimou que cerca de 42 milhões de hectares de terras na Amazônia têm posse ilegal. Segundo o engenheiro florestal Paulo Barreto, coordenador da pesquisa, “trata-se na prática de uma privatização gratuita da floresta”.⁴¹ Barreto estima que, além dos casos de fraudes de documentos, há cerca de 40 milhões de hectares de terras com títulos duplicados. Ele conclui que a área grilada na Amazônia pode chegar a 80 milhões de hectares.

²⁸ Folha de São Paulo, 15/5/2008, “Inpe prevê desmatamento maior em 2008”.

²⁹ Radioagência Notícias do Planalto, *Desmatamento registra alta também no Acre*, 21/07/08.

³⁰ Radioagência Notícias do Planalto, 03/06/08, *Amazônia sofre com crescimento acelerado do desmatamento*.

³¹ Radioagência Notícias do Planalto, *Desmatamento na Amazônia registra alta no mês de junho*, 29/07/08.

³² Folha de São Paulo, *Desmate na Amazônia subiu 64% em um ano, avalia Inpe*, 30/8/08.

³³ Adital -15/02/08, *Amazônia devastada*, artigo de Frei Betto.

³⁴ Última Instância - 16/06/2008, *O Ministério Público e a expansão da atividade sucroalcooleira*, artigo de Jefferson Aparecido Dias.

³⁵ Folha de São Paulo, 01/07/2008, “Brasil é líder total em desmatamento, mostra novo estudo”.

³⁶ REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos, 28/1/2008, Nota de Imprensa.

Desmatamento na Amazônia revela insustentabilidade do modelo agroexportador.

A maior parte das irregularidades foi encontrada, respectivamente, nos estados do Pará e do Mato Grosso, com 16 milhões e 9,6 milhões de hectares grilados, respectivamente. Nestes estados registram-se também os maiores índices de desmatamento. O próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável por gerir terras públicas na Amazônia, reconhece que não tem controle fundiário sobre 710,2 mil quilômetros quadrados na Amazônia. Este território equivale a 14% da região e 65% das terras reguladas pelo Incra. A maior parte - o equivalente a 288,6 mil quilômetros quadrados - encontra-se no estado do Pará.⁴²

Segundo o professor Ariovaldo Umbelino, da Universidade de São Paulo (USP), “mais de 212 milhões de hectares de terras públicas devolutas ou não, estão fora dos registros do Incra, dos Institutos de Terras estaduais e dos Cartórios de Registro de Imóveis. Ou seja, estão cercadas, mas não existem para o Estado. Outros 84 milhões de hectares aparecem no cadastro do Incra como posse, e, dentre elas, apenas 21 milhões de hectares são posses legalizáveis pela legislação em vigor. Cabe esclarecer que a Constituição de 1988 permite a regularização apenas das posses até 50 hectares, e até 100 hectares excepcionalmente. Logo, as áreas maiores ocupadas não podem ser legalizadas”.⁴³



³⁷ Adital, 18/06/2007, *Desertificação atinge metade da América Latina e Caribe*. <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=28101>

³⁸ Folha de São Paulo, 17/11/2007, ‘A Amazônia está sufocando’, diz secretário-geral da ONU.

³⁹ Folha São Paulo, 2/7/2007, ENTREVISTA/LESTER BROWN, “*Biocombustíveis são maior ameaça à diversidade na Terra*”, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0207200721.htm>

⁴⁰ Diário de Pernambuco, 10/07/2008, *Mais área pública na Amazônia*. http://www.pernambuco.com/diario/2008/07/10/brasil10_0.asp

⁴¹ O Estado de São Paulo – 6/6/2008, *Amazônia: 8,5% das terras têm posse ilegal*.

⁴² Folha Online 27/06/2008, *País ignora o que ocorre em 14% da Amazônia, diz Incra*.

⁴³ Brasil de Fato, *Lula é o presidente companheiro dos grileiros da Amazônia*, artigo de Ariovaldo Umbelino, 08/08/2008, <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/lula-e-o-presidente-companheiro-dos-grileiros-da-amazonia>



Não existe cana na Amazônia?

A expansão do cultivo de cana na AMAZÔNIA

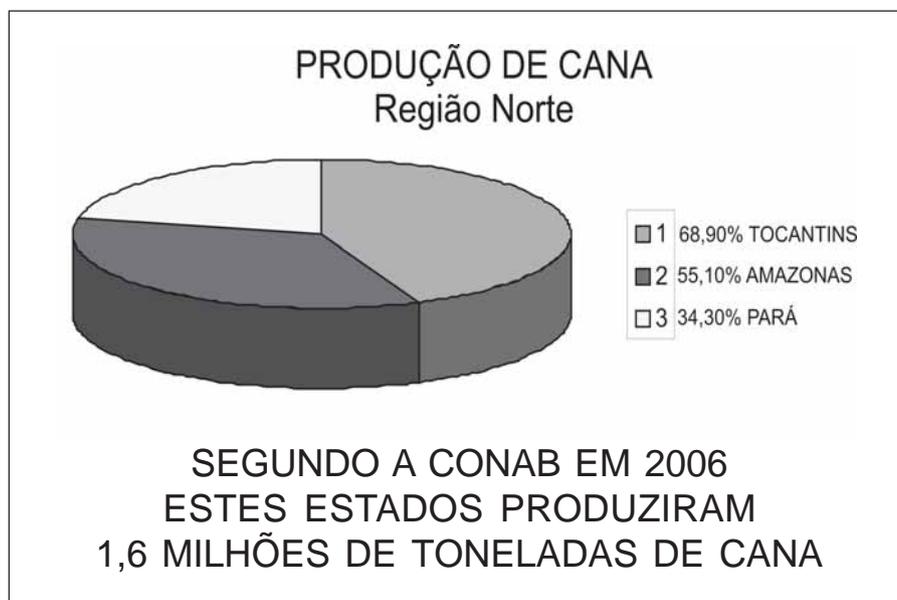
Em 29 de julho de 2007, o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, declarou ao jornal *O Globo* que, "Não existe cana na Amazônia. Não temos conhecimento de nenhum projeto na região, nem recente nem antigo." Essa afirmação tem sido repetida constantemente pelo presidente Lula, com o objetivo de evitar críticas, principalmente de países que pretendem importar o etanol brasileiro. Em junho de 2008, em seu discurso na Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o presidente Lula afirmou que não havia produção de cana na Amazônia.

Porém, a própria Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) - órgão ligado ao Ministério da Agricultura - registrou um aumento na produção de cana na Amazônia de 17,6 milhões

para 19,3 milhões de toneladas entre 2007 e 2008.⁴⁴ No Tocantins, a expansão será de 13% (de 4,5 mil para 5,1 mil hectares), seguido do Mato Grosso, com um aumento de 10%, e do Amazonas, com 8% (de 4,8 mil para 5,2 mil hectares). No Pará, a área plantada deve ficar em torno de 10,5 mil hectares. Segundo pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), o Pará é visto como uma das principais áreas de expansão para produção de etanol.⁴⁵

Em 2006, a CONAB constatou que a região Norte apresentou os maiores índices de aumento da produção de cana no País. A expansão foi de 68,9% no Tocantins, de 55,1% no Amazonas e de 34,3% no Pará. A produção dos três estados foi de 1,6 milhão de toneladas, representando um aumento de 46,8% em relação à safra anterior.⁴⁶

Estes dados têm gerado grande preocupação, tanto no Brasil quanto no exterior. Segundo o pesquisador Écio Rodrigues, da Universidade Federal do Acre (Ufac), "O carbono da destruição



da floresta não será recuperado pelo plantio da cana. É por isso que o mundo fica muito preocupado com a transformação do Brasil em potência dos biocombustíveis”.⁴⁷

Um dos membros do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), Carlos Nobre, também expressou preocupação com a expansão do plantio da cana-de-açúcar na Amazônia. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, ele afirma que, “O desmatamento está alicerçado numa lógica muito fortemente embasada na ilegalidade. É uma indústria da ilegalidade e tem dinheiro envolvido”.⁴⁸

Pressionado por críticas em diversos espaços de negociação comercial, o governo brasileiro decidiu elaborar um projeto de zoneamento para a expansão de lavouras de cana-de-açúcar. Porém, o governo não explicou o que fará com as plantações de cana em regiões de fronteira agrícola e de preservação, como a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado.

O falso conceito de terras “degradadas”

Segundo o governo, a expansão dos canaviais no Brasil ocorre em terras “degradadas” e, portanto, não teria impactos sobre o meio-ambiente ou sobre a produção de alimentos. Os dados apresentados para justificar essa teoria passam a idéia de que há no Brasil milhões de hectares de terras simplesmente “abandonadas” ou “marginais”. Porém, falta o governo explicar seu conceito de “terras degradadas”, já que não faria sentido grandes empresas e bancos públicos investirem pesadamente em um setor, se não houvesse possibilidade de se instalar em terras planas, de boa qualidade, com acesso a água e infra-estrutura.

Mesmo quando substituem outras atividades agrícolas, ou mesmo a pecuária, a tendência é gerar um grau bem maior de devastação, porque as plantações de cana em grande escala não

⁴⁴Adital -11/02/08, *Amazônia, ecocídio anunciado*, artigo de Frei Betto.

⁴⁵ http://www.paranegocios.com.br/anterior_cont.asp?id=1670

⁴⁶ Jornal Valor Econômico, 01/06/2006.

⁴⁷ *Cana-de-açúcar avança na Amazônia com recursos públicos*, 16/06/2008. <http://www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/clipping.php?id=25>

⁴⁸ Agência Folha, 20/10/2007, <http://www1.folha.uol.com.br/foha/ambiente/ult10007u338325.shtml>

convivem com outros tipos de vegetação. Se realmente existisse tanta terra disponível no Brasil, não haveria necessidade de tamanha destruição da floresta amazônica. Portanto, não há nenhuma lógica em afirmar que a expansão das lavouras de cana não exerce pressão adicional sobre áreas de preservação.

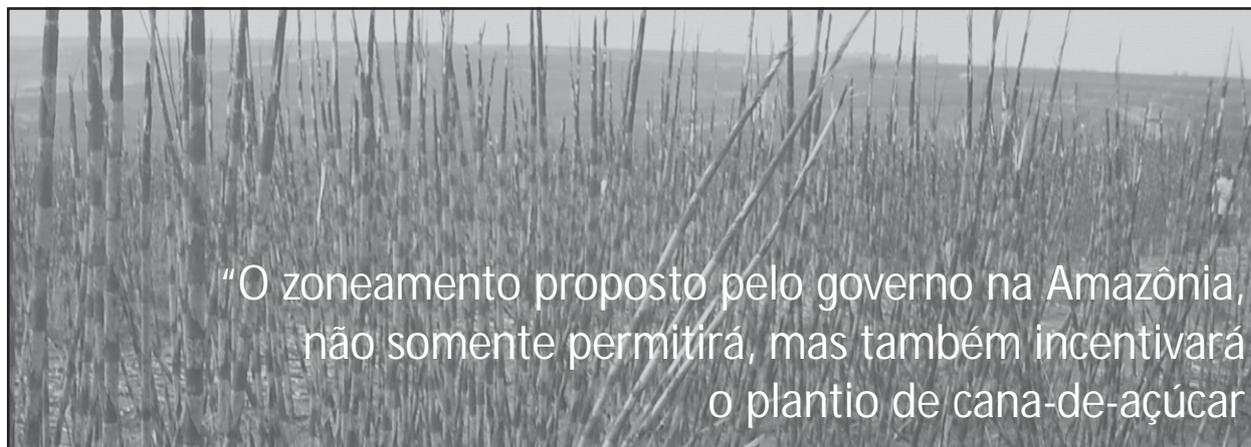
Dados oficiais indicam que tem havido grande aumento da atividade pecuária na Amazônia, pressionada pela expansão da fronteira agrícola. De acordo com o IBGE, a criação de gado na Amazônia praticamente dobrou nos últimos dez anos. O Censo Agropecuário de 2006 constatou que, desde 1996, o aumento da expansão agrícola na Região Norte foi de 275,5%. Entre 1990 e 2006, houve um aumento anual de 18% das plantações de soja e de 11% da criação de gado na Amazônia.⁴⁹ Entre 2006 e 2007, a safra da soja na região Norte teve um aumento de 20%.⁵⁰

As fortes pressões sobre a fronteira agrícola geram dúvidas sobre a capacidade de monitoramento do projeto de zoneamento da produção de cana e da implantação de mecanismos de punição eficientes para os casos de descumprimento da lei. Sérgio Leitão, coordenador de políticas públicas do

Greenpeace no Brasil, explica que somente em 2% dos casos de desmatamento ilegal na Amazônia, há registros de multas.⁵¹

O professor Antônio Thomaz Júnior, do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), afirma que, “Ninguém tem condições técnicas para dizer que não haverá impacto. Até agora, não foi feito nenhum estudo aprofundado sobre as consequências dessa expansão das lavouras de cana”.⁵²

Um projeto de lei (número 2323/07) da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), pretende vetar financiamentos e incentivos fiscais para a produção de etanol na Amazônia, incluindo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. De acordo com a deputada, “A cultura da cana é extremamente danosa pelo desmatamento que pode promover e também pela prática da monocultura que, mesmo em áreas degradadas, resulta em graves danos ambientais”. Para ela, o zoneamento proposto pelo governo, “não somente permitirá, mas também incentivará o plantio de cana-de-açúcar”.⁵³



⁴⁹ Adital -15/02/08, *Amazônia devastada*, artigo de Frei Betto.

⁵⁰ Radioagência Notícias do Planalto, 5/5/08.

⁵¹ Agência Brasil, CANA E REBANHO BOVINO IMPULSIONAM DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA. http://www.malima.com.br/amazonia/blog_commento.asp?blog_id=55

⁵² *Cana pode prejudicar meio ambiente e produção de alimentos*, 03/04/2007. <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=984>

⁵³ Tribuna do Juruá, *Projeto proíbe incentivo à cana-de-açúcar na Amazônia*, 29/7/2008 http://www.tribunadojuruua.com/index.php?option=com_content&task=view&id=561&Itemid=40



“No Acre
foram desmatados
mais de 13 mil
hectares entre 2006
e 2007, inclusive
em locais de
conservação
ambiental.”

DADOS por Estado

Produção de cana na Amazônia e no Cerrado



No Acre, foi instalada a usina Álcool Verde, da empresa pernambucana Farias, que plantou mais de 2 mil hectares de cana ao longo da BR-317 e tem planos de chegar a mais de 30 mil hectares na região, onde o líder seringueiro Chico Mendes foi assassinado em 1988. A Álcool Verde tem capacidade de moer 3 milhões de toneladas de cana por safra.⁵⁴ A indústria estima que a produção média será 110 toneladas por hectare, maior do que em Ribeirão Preto (São Paulo), que é de 90 toneladas, e da média nacional, de 78 toneladas. A Álcool Verde prevê uma produção de 36 milhões de litros de etanol na primeira safra.⁵⁵

Em entrevista ao jornal O Globo, o presidente da empresa, Eduardo Farias, afirmou que, “Vamos colher nossa primeira safra no Acre em maio de 2008. Será uma safra tímida, de 400 mil toneladas, mas já estamos prospectando novos mercados



para expandir ainda mais nossa produção na região da Amazônia Legal. Estamos de olho no Maranhão e no Tocantins”. A reportagem revela que o Grupo Farias pretende aumentar sua produção de cana em cinco vezes até 2015. Atualmente, a empresa produz 9 milhões de toneladas por ano.⁵⁶

O diretor de produção da Álcool Verde, Ezequiel Alves da Silva, considera que “o presidente Lula falou besteira em Bruxelas ao dizer que os solos na Amazônia não servem para o plantio de cana-de-açúcar”.⁵⁷ A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) prevê que no município de Capixaba as plantações de cana aumentarão em dez vezes até 2012.⁵⁸

⁵⁴ AGÊNCIAAMAZÔNIA, Acre deve ampliar cultivo de cana para produzir etanol. http://www.jbrasilbiodiesel.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=192&Itemid=60

⁵⁵ O Estado de São Paulo, Usineiro paulista vai para o Acre, 02/03/2007 http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=19&mat_id=10304

⁵⁶ O Globo, Plantação de cana-de-açúcar também avança na Amazônia Legal, 29 de julho de 2007.

⁵⁷ 30 mil hectares de cana no Acre, artigo do jornalista Altino Machado, 19/7/07, <http://altino.blogspot.com/2007/07/30-mil-hectares-de-cana-no-acre.html>

⁵⁸ Folha de S. Paulo, Órgão relata expansão de cana na Amazônia, 01/07/08

O ex-governador, Jorge Viana, que atualmente preside o Fórum Empresarial do Acre, declarou que pretende construir uma nova usina na região.⁵⁹ Informações da Embrapa sugerem que, até 2012, o Acre deve aumentar sua área plantada de cana em dez vezes. Atualmente, existem cerca de 45 quilômetros quadrados de cana no município de Capixaba, a 70 km de Rio Branco.⁶⁰ O estado é visto como estratégico, pois serviria de ponte de exportação de etanol para o Oceano Pacífico, através da rodovia Transoceânica, que conecta Brasil e Peru.

O governo do estado no Acre detém 5% da usina Álcool Verde, que foi financiada com recursos públicos. O fato do governo do Acre ser acionista da usina compromete os estudos de impacto ambiental realizados pelo Instituto do Meio Ambiente do Acre, submetido aos interesses dos políticos locais.

Irregularidades nas licenças ambientais

O projeto da Álcool Verde tem sido contestado pelo Ministério Público Estadual, que moveu uma ação contra a empresa por não apresentar um estudo confiável de impacto ambiental que considerasse o uso da terra e da água. A promotora Meri Cristina Amaral Gonçalves declarou que, “Não era um estudo, parecia mais uma compilação, com uma série de falhas e aspectos não abordados, como o balanço hídrico”. Ela explica que a empresa fez somente um estudo da implantação da usina e sequer incluiu informações sobre a área plantada, estimada em 39 mil hectares.⁶¹

A empresa também foi contestada judicial

mente por destruir sítios arqueológicos de até 2.500 anos, contendo geoglifos, que são enormes estruturas geométricas construídas na antiguidade. Na área onde a Álcool Verde pretende expandir sua plantação, pelo menos nove geoglifos foram identificados. Segundo reportagem do jornal Folha de S.Paulo, “Alguns dos chamados geoglifos estão sendo destruídos antes mesmo de serem estudados. Compostos de desenhos geométricos gigantes, esses sítios têm a forma de quadrados, círculos, quadrados dentro de círculos e círculos dentro de quadrados. Já foram descobertos um octógono e dois círculos que formam uma espécie de boneco, com cabeça e tronco”.⁶²

O professor Écio Rodrigues, da Universidade Federal do Acre (Ufac), explica que a usina recebeu recursos dos Governos Estadual e Federal e alerta para os riscos desse projeto, “A cana destrói a floresta pelo seu elevado potencial de mercado e, por outro lado, pela fragilidade institucional presente na região”. Ele relaciona a demanda internacional por etanol ao aumento do desmatamento e afirma que, “No Acre, aumentouse na área da cana o desmatamento legalizado de 20% para 50% das propriedades, duplicando o território da cana”.⁶³

O Acre apresentou aumento no índice de desmatamento medido pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam). Entre janeiro de 2006 e dezembro de 2007 foram desmatados mais de 13 mil hectares no estado, inclusive em locais de conservação ambiental. Entre as áreas mais devastadas estão a Reserva Extrativista Chico Mendes e o Parque Nacional Serra do Divisor. Dados do Sipam mostram que o desmatamento em terras indígenas aumentou mais de 150%.⁶⁴

⁵⁹ Lula erra em Bruxelas: há cana-de-açúcar na Amazônia, 8/7/07.

<http://pt.shvoong.com/law-and-politics/politics/1628035-lula-erra-em-bruxelas-h%C3%A1/>

⁶⁰ Folha de S. Paulo, Embrapa relata expansão de cana na Amazônia, 1/6/08.

⁶¹ <http://www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/clipping.php?id=25>

⁶² Folha de S. Paulo, Cana ameaça sítios arqueológicos no Acre, 31/12/2007.

⁶³ Amazonia.org.br, Cana-de-açúcar avança na Amazônia com recursos públicos, 16/06/2008.

⁶⁴ Radioagência Notícias do Planalto, Desmatamento registra alta também no Acre, 21/07/08.

DESTRUIÇÃO

Mais de 10.000 hectares de floresta destruída para iniciar a plantação da cana

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) estima que a produção de cana no estado do Amazonas terá um aumento de 273,1 mil toneladas para 303 mil toneladas entre 2007 e 2008, representando um crescimento de 10,90%.⁶⁵

A Usina Jayoro, de propriedade do grupo Coca-Cola, está instalada no município de Presidente Figueiredo, na antiga Fazenda Rio Negro, às margens da BR-174. A área total da empresa é de 59.000 hectares, em região de floresta nativa. A usina foi fundada na década de 80, através de incentivos do Pró-Álcool e se expandiu recentemente para fabricar etanol.



AMAZONAS

De acordo com reportagem do jornal *Estado de S. Paulo*, "a Jayoro tem cinco colhedoras de cana que rasgam os canaviais às margens da imensidão da floresta. 'Já vi onça, veado, todo o tipo de bicho nesse canavial', diz Osvaldino Santos de Oliveira, operador de uma das máquinas há oito safras."⁶⁶ De acordo com artigo de Agnaldo Brito, "A estrada, de piso novo, corta a mata fechada. O clima é úmido ao extremo, em alguns momentos acima de 80%." A reportagem explica que, na safra de 2007, as chuvas intensas impediram o corte da cana.⁶⁷

Segundo entrevistas com organizações locais, para o início da plantação de cana foram destruídos cerca de 10.000 hectares de floresta. Outro problema é o uso de agrotóxicos e o vinhoto, que têm seus resíduos depositados nas lagoas e igarapés, chegando até o rio que corta o município e é usado para banho pela população local. Segundo Paulo Sergio Ribeiro, que é técnico em agropecuária e trabalhou 18 anos para a usina Jayoro, são usados vários tipos de inseticidas, aplicados com tratores e de avião. Enquanto os trabalhadores cortam cana, pequenos aviões sobrevoam a plantação jogando agrotóxicos.

Trabalho escravo

Muitos trabalhadores vêm do Nordeste, em condições de trabalho escravo, agenciados por “gatos”. Outros vêm do Pará, atraídos pela propaganda de “desenvolvimento” na cidade. Já houve um surto de beribéri entre os trabalhadores no corte da cana. Essa doença é causada pela fome, ausência de vitaminas e sais minerais na alimentação. O quadro de desnutrição dos canavieiros é agravado pela atividade física pesada e péssimas condições de higiene.

O trabalhador Geraldo da Costa, migrante de Alagoas, diz que a meta é cortar entre 8 e 12 toneladas de cana por dia. Ele relata outros problemas de saúde como dor no corpo e desmaios. Diz que a temperatura no campo é muito alta e que na época da queima da cana fica entre 48 e 50 graus.

Alcides Alves foi empregado da usina de 1991 a 1999. Trabalhou no corte de lenha para alimentar a caldeira, que consumia uma média de 25 toneladas de madeira por dia, e recebia R\$ 3,50 por tonelada de lenha cortada. Depois trabalhou

na portaria e no serviço de almoxarifado. Na portaria, trabalhava 24hs por dia sem folga, morava na usina e recebia um salário mínimo. Teve problemas na coluna, hérnia de disco, e foi afastado. Depois de fazer várias perícias, entrou com processo, mas ainda não conseguiu benefício do INSS.

Segundo a sindicalista Fátima Monteiro, houve uma denúncia de trabalho escravo em 2006 e outra em 2003. Ela foi chamada para acompanhar a fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho, mas a estrada que leva ao local foi interditada pela usina, que impediu a entrada da fiscalização. Fátima diz que os trabalhadores têm medo de fazer denúncias porque há perseguição dentro e fora da usina.

É difícil denunciar essa situação, porque os políticos fazem questão de mostrar a usina como empresa que traz progresso e recursos para a cidade. Porém, as usinas de cana são beneficiadas com isenção fiscal e outras formas de subsídios, como o perdão ou negociação de dívidas com bancos públicos. Na Amazônia, muitas dessas empresas foram instaladas em terras da União.



⁶⁵ http://www.paranegocios.com.br/anterior_cont.asp?id=1670

⁶⁶ O Estado de S. Paulo, 7/10/07.

⁶⁷ O Estado de S. Paulo, 7/10/07 http://www.mndh.org.br/index.php?Itemid=56&id=172&option=com_content&task=view



GOIÁS

DEVASTAÇÃO

Mais de 339,2 mil hectares de cana destruíram a mata nativa e ocuparam áreas de produção de alimentos

O estado de Goiás é o quarto produtor de etanol do Brasil e pretende ocupar o segundo lugar nos próximos anos. De acordo com o Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás (Sifaeg), na safra de 2008/2009 já há 27 usinas em operação,

com previsão de chegar a 55 usinas até 2012. Ao todo, há 97 projetos de novas usinas, com incentivos fiscais aprovados pelo governo estadual.⁶⁸ Segundo a Sifaeg, o aumento na produção de etanol nesta safra será de 78%, chegando a 2,12 bilhões de litros.⁶⁹

As plantações de cana ocupam hoje 339,2 mil hectares em Goiás. O relatório "O impacto ambiental da cana-de-açúcar", do Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento, revela que a expansão dos canaviais tem se intensificado nos últimos anos. Em 2005, a área plantada era de 174.756 hectares e, em 2006, chegou a 256.998 hectares, o que representa um aumento de 47,06%.



O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) detectou a devastação do Cerrado pelo monocultivo da cana em diversos municípios do estado, principalmente em Hidrolina, Itapaci, Paraúna, Quirinópolis, São Luís do Norte e São Miguel do Araguaia.⁷⁰ A expansão do setor ocorre também nos municípios de Acreúna, Caçu, Jataí, Montividiu, Serranópolis e Itumbiara.



Além da destruição de mata nativa, a indústria da cana substitui áreas de produção de alimentos e criação de gado, o que, conseqüentemente, pressiona a fronteira agrícola para a Amazônia. Preocupado com o avanço do monocultivo de cana no sudoeste goiano, o prefeito de Rio Verde criou uma lei municipal, em novembro de 2006, para limitar o plantio a 10% da área agrícola. Portanto, dos 500 mil hectares agrícolas, a cana pode ocupar no máximo 50 mil hectares. Dessa forma, o município pretende manter a diversidade das lavouras e evitar que produtores locais arrendem suas terras para as usinas. A prática do arrendamento tem sido comum em outras regiões e pode comprometer a produção agrícola no estado, pois os agricultores perdem o domínio sobre suas terras.

Porém, o governo estadual estimula a expansão dos canaviais através de incentivos fiscais para empresas de etanol. Em nível federal, o governo investe em infraestrutura para facilitar a exportação do produto. Está prevista a expansão da ferrovia Norte-Sul e a construção de um alcooduto para ligar o terminal da Petrobrás em Senador Canedo (GO) à refinaria de Paulínia (SP), que será o local de transporte para o Porto de São Sebastião.⁷¹

Empresas estrangeiras

Estima-se que a Petrobrás tenha negociado 20 contratos com empresas estrangeiras para a produção e exportação de etanol. Uma dessas empresas é a japonesa Toyota Tsusho, que firmou um acordo com a Petrobrás para instalar uma usina no município de Itumbiara, com previsão de produzir 4 milhões de toneladas de cana por ano. A Petrobrás estabeleceu sociedade com outra empresa japonesa, a Mistui, para a construção de uma usina no município de Itarumã. A Mistui atua também no setor siderúrgico, automobilístico e de celulose, e tem parcerias com a Vale do Rio Doce, a Toyota e a Mitsubishi. A associação da Petrobrás com essas empresas tem como objetivo exportar etanol para o Japão.

A British Petroleum (BP), uma das maiores petrolíferas do mundo, é outra empresa

estrangeira que atua no estado. Em 2008, a BP se associou ao grupo Tropical Bioenergia, formado pela Santelisa Vale e pelo Grupo Maeda, para produzir etanol no município de Edéia. A previsão é produzir 435 milhões de litros de etanol por ano, visando os mercados dos Estados Unidos, Europa e Ásia. Para isso, a empresa irá utilizar 60 mil hectares para a produção de cana, que substituirão outras culturas através do arrendamento de terras de agricultores locais. De acordo com o presidente da divisão de biocombustíveis da BP, Philip New, "Este investimento é o maior já feito por uma empresa internacional de petróleo na indústria brasileira de etanol".⁷²

Trabalho escravo

A expansão dos canaviais aumenta as violações de direitos trabalhistas e os casos de trabalho escravo. Entre fevereiro e março de 2008, o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho resgatou 1.500 trabalhadores em usinas da empresa Brenco, nos municípios de Campo Alegre de Goiás, Mineiros (GO) e Alto Taquari (MT). A Brenco (*Brazil Renewable Energy Company* - Companhia Brasileira de Energia Renovável) é um grande consórcio administrado pelo ex-presidente da Petrobras, Henri Phillippe Reischtul, do qual participam o ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, o ex-presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, além de outros empresários estrangeiros como Stephen Case, fundador da AOL, e Vinod Khosla, fundador da Sun Microsystems. A empresa controla cinco usinas na região Centro-Oeste e tem outras cinco em construção.⁷³

Segundo a auditora fiscal Jacqueline Carrijo, os alojamentos eram inadequados. "Numa das casas, 15 pessoas dormiam no mesmo quarto. Em outra, a chuva havia molhado todos os colchões. O alojamento era sujo e havia ratos e baratas. O chuveiro estava quebrado com risco de choque e os quartos não tinham armário. Tudo estava pelo chão: lixo, roupas e pertences. Um dos quartos, com 11 metros quadrados, era dividido por sete trabalhadores. Alguns trabalhadores estavam com problemas para receber devido à falta de



documentos e passavam fome. Eles sofriam ameaças do contratador por não pagarem o aluguel. O contratador da empresa manteve a prática antiga de aliciamento com base na promessa enganosa”, denuncia Carrijo. O procurador do trabalho, Antônio Carlos Cavalcante, declarou que vai ajuizar três ações por danos morais coletivos e cada uma demandará da empresa o pagamento de 5 milhões de reais.⁷⁴

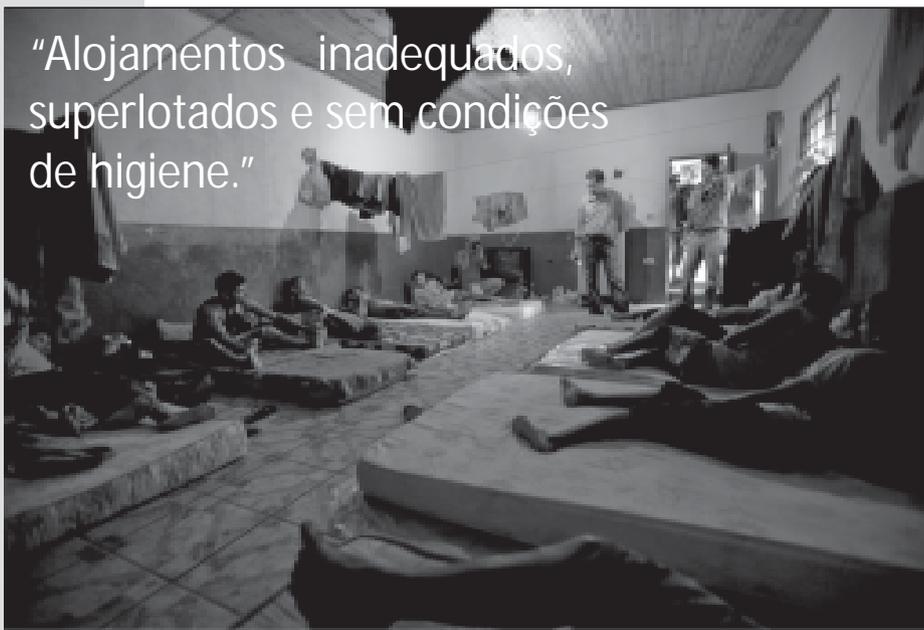
Em abril de 2008, outra operação da Superintendência Regional do Trabalho de Goiás resgatou 421 trabalhadores na Usina São Francisco, também conhecida como Agropecuária Campo Alto, no município de Quirinópolis (GO). A empresa é associada à Usina São João, de Araras (SP). Segundo o fiscal Welton Oliveira, “os alojamentos da usina eram inadequados, superlotados e sem condições de higiene. Tinha um colchão em cima do outro e nunca havia sido trocada a roupa de cama. Uma das casas com dois quartos e um banheiro abrigava 18 pessoas. Outro alojamento era um bar adaptado que não possuía nenhuma janela.” A maioria da mão-de-obra na usina é formada por

migrantes e arregimentada por “gatos”. Mesmo quando não recebem salário, os trabalhadores são obrigados a ficar na empresa, pois não têm dinheiro para retornar aos seus locais de origem.⁷⁵

Em julho de 2008, a Superintendência Regional do Trabalho de Goiás resgatou 244 cortadores de cana na Usina Fortaleza Açúcar e Álcool, no município de Porteirão. Segundo nota da Organização Internacional do Trabalho (OIT), “Além dos alojamentos precários, a fiscalização flagrou cortadores de cana-de-açúcar trabalhando sem condições de segurança e com alimentação de péssima qualidade. Um dos principais problemas encontrados pelos fiscais foi a inadequação dos equipamentos de proteção individuais (EPIs) utilizados pelos trabalhadores na lavoura. Além das rescisões, que somaram mais R\$ 350 mil, a usina poderá ser obrigada a desembolsar mais de R\$ 2 milhões em uma ação que será ajuizada por danos morais coletivos e outros R\$ 3 ou 5 milhões pelos 102 autos de infração lavrados pela fiscalização”.

Os fiscais denunciaram irregularidades na contratação e no transporte de trabalhadores migrantes, através de intermediários ou “gatos”, além da falta de assistência médica em casos de acidentes de trabalho. Em junho de 2008, ocorreram duas mortes de trabalhadores nesta usina. “A falta de segurança e o pouco caso com a saúde foram os problemas mais graves. Havia muitos acidentes de trabalho e esses homens estavam completamente desassistidos. Muitas vezes o trabalhador da

“Alojamentos inadequados, superlotados e sem condições de higiene.”

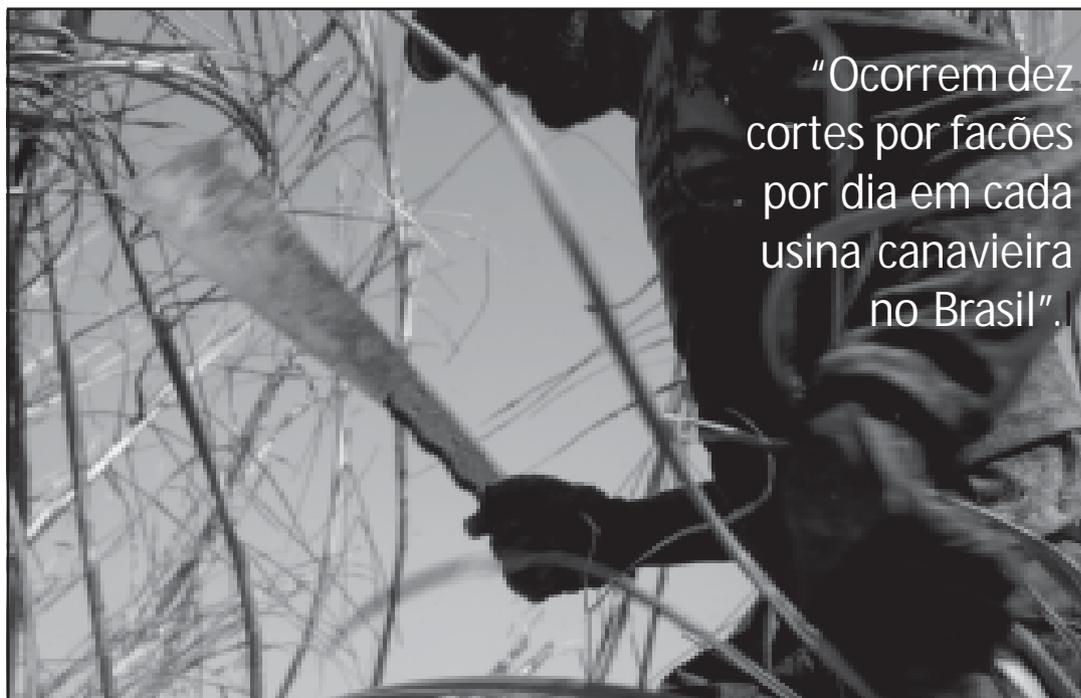


usina chegava no médico com um corte profundo no braço, na mão, na perna e ele dava um atestado de cinco dias e não registrava a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Esse registro é essencial para que o trabalhador possa receber os benefícios a que tem direito”, afirma a nota.⁷⁶

Segundo a Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes (ABPA), os dados sobre acidentes de trabalho no setor sucroalcooleiro são alarmantes. “Ocorrem dez cortes por facões por dia em cada usina canavieira no Brasil. A grande maioria não é notificada”, explica Guido Fleming, médico do trabalho em Goiás. A ABPA denuncia outros problemas recorrentes, como “lombalgias, tendinites, dores na

coluna, câimbras, perda de líquidos e sais minerais, que podem levar a quadros graves de exaustão e até à morte”.⁷⁷

Ano após ano, esta situação se repete. Em agosto de 2006, o Grupo Móvel resgatou cerca de 4 mil trabalhadores em três fazendas das usinas Vale do Rio Verdão e Goiatuba Álcool, e determinou a interdição do corte da cana. Segundo matéria do jornal *O Popular*, “Homens e mulheres foram encontrados vivendo em condições subumanas em alojamentos na área da usina”.⁷⁸ Dercides Pereira, um dos fiscais responsáveis pela operação, explica que a empresa é reincidente, “No início de 2004, a Delegacia Regional do Trabalho já havia multado a usina por más condições de trabalho. Foram 100 autos de infração”.⁷⁹



⁶⁸ Jornal O Popular, *Estado tem 97 projetos aprovados para implantação ou expansão de usinas de álcool e açúcar*, 04/06/08.

⁶⁹ Jornal O Popular, *Produção de álcool em usinas goianas vai crescer 78% este ano*, 06/06/08.

⁷⁰ Jornal O Popular, *Cerrado vira 'refúgio' da cana*, 08/09/08.

⁷¹ Jornal Valor Econômico, 14/8/08.

⁷² Jornal O Popular, *Petroleira investe em etanol em GO*, 25/04/2008.

⁷³ Folha de S. Paulo, *1.500 trabalhadores em situação precária numa empresa de biocombustíveis*, 8/3/2008.

⁷⁴ Brasil de Fato, *Trabalhadores da Brenco são flagrados em alojamentos precários*, 07/03/2008.

⁷⁵ Repórter Brasil, *Fiscalização em usina de cana é concluída com 421 resgates*, 10/4/08.

⁷⁶ Projeto de Combate ao Trabalho Escravo, Escritório da OIT no Brasil, *Condições precárias: 244 cortadores de cana são resgatados*, 14/07/2008.

⁷⁷ Jornal O Popular, *Setor da cana lidera acidentes de trabalho*, 24/02/08.

⁷⁸ Jornal O Popular, *Flagrante de trabalho escravo*, 31/08/06.

⁷⁹ Repórter Brasil, *Quatro mil são flagrados em condições degradantes em Goiás; TEM interdita três fazendas de cana*, 01/09/06.



SEM Alimentos, sem biodiversidade, sem futuro...

Dados do IBGE indicam que entre 2005 e 2006, o cultivo de cana no estado aumentou 20,93%, significando um crescimento de 19,15% na produção.⁸⁰

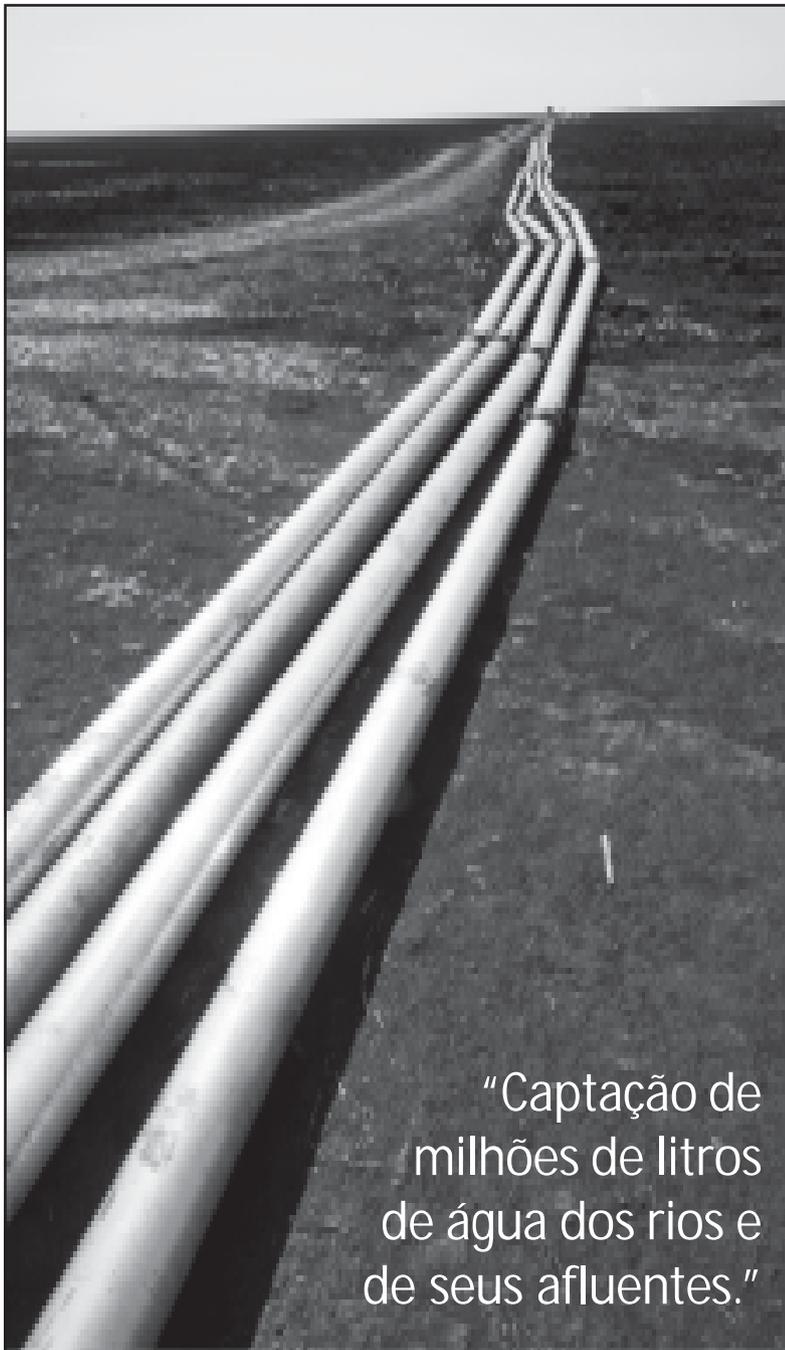
Em setembro de 2006, o governo do Estado criou o Programa Maranhense de Produção de Biocombustíveis, que prevê a construção de 45 novas usinas, com estimativas de produzir entre 4 bilhões e 7 bilhões de litros de etanol.⁸¹ Segundo o governo, o objetivo seria “incentivar pequenos, médios e grandes produtores de todo o país, especialmente do Nordeste e Centro-Sul, a investirem no plantio de cana-de-açúcar para a produção de álcool, açúcar e biocombustível”, afirmou o governador José Reinaldo Tavares, durante o lançamento. O governo cita ainda como vantagens as instalações do Porto de Itaqui, a Ferrovia dos Carajás e a Companhia Ferroviária do Nordeste. A primeira parte do projeto prevê a construção de 20 usinas em um prazo de cinco anos, o que representaria a expansão de 15% na produção nacional de etanol.⁸²



Grilagem de terras

Segundo o governador do Maranhão, o Estado poderia utilizar 500 mil hectares para plantação de cana.⁸³ O pesquisador Mayron Régis, da Secretaria Executiva do Fórum Carajás denuncia a prática da grilagem de terras para a indústria sucroalcooleira e afirma que, “nos anos mais à frente fiquem certos que entre elas estão as melhores terras do Maranhão como as dos municípios de Campestre e Porto Franco, oeste maranhense, onde o grupo Maity, um dos grandes beneficiários do Pró-álcool, compraz-se em ferrar agricultores familiares, com seus funcionários e com policiais militares, para que suas rotinas produtivas se desajustem, e, desajustados produtivamente, fica mais fácil para a empresa retirá-los da área”.⁸⁴

O estudo do Fórum Carajás indica que cerca de 200 mil hectares de terras griladas serão



“Captação de milhões de litros de água dos rios e de seus afluentes.”

apropriadas para a produção de etanol no Maranhão, incluindo os municípios de Morros, Humberto de Campos, Bela Água, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos. “Os impactos que a indústria de cana proporcionará serão a rápida urbanização da zona rural, pela erradicação das populações e dos seus plantios para a introdução da monocultura, a diminuição da produção de alimentos, a perda da biodiversidade e a captação de milhões de litros de água dos rios e de seus afluentes”, afirma o texto de Mayron Régis.⁸⁵

Há hoje seis usinas em funcionamento no estado. O grupo TG Agro Industrial/Costa Pinto, em parceria com o fundo de investimento Cooper Fund e a Maity Bioenergia, produz etanol no município de Aldeias Altas. A empresa negocia com grupos estrangeiros a construção de mais quatro usinas, que produzirão 1,2 milhão de toneladas de cana no município de Campestre. O orçamento de cada usina é estimado em US\$ 130 milhões de dólares. O grupo Maity produz hoje cerca de 1 milhão de toneladas anuais de cana.⁸⁶ A Comanche Clean Energy, uma empresa de capital inglês e norte-americano, está construindo um pólo de produção de biodiesel e duas destilarias de álcool no Maranhão.

⁸⁰ Plantações de cana aumentam 20% no MA, 5/2/06. <http://www.badaueonline.com.br/2006/2/5/Pagina6662.htm>

⁸¹ Maranhão lança projeto para produção de etanol, 04/09/2006, <http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode=%7BF75855B0-0595-40CB-9DB7-78D4AB15E488%7D>

⁸² Radiobrás, Maranhão terá programa de incentivo ao plantio de cana-de-açúcar para geração de energia, <http://www.radiobras.gov.br/abrn/brasilagora/materia.phtml?materia=234630>

⁸³ Gazeta Mercantil, Maranhão quer atrair investimentos no setor, 24/03/06 - www.gazetamercantil.com.br

⁸⁴ Cana-de-açúcar: 200 mil hectares de grilagem no Maranhão (Esse texto faz parte do projeto Desintoxicando os Excessos do Etanol: uma proposta de investigação da dinâmica e dos efeitos da propagação da cana de açúcar na região do Projeto Grande Carajás, projeto do STTR de Loreto, financiado pelo Centro de Apoio Sócio-Ambiental). <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=32627>

⁸⁵ <http://blog.ecodebate.com.br/2008/03/11/baixo-parnaiba-cana-de-acucar-artigo-de-mayron-regis/>

⁸⁶ O Globo, Plantação de cana-de-açúcar também avança na Amazônia Legal, 29/7/ 07.

IMPACTO

Insumos químicos comprometem o Pantanal



Existem atualmente 11 usinas em funcionamento no Mato Grosso: Itamaraty, Cooprodia, Libra, Cooperb I, Pantanal, Barrácool, Gameleira, Jaciara, Cooperb II, Usimat e Alcoopan. Destas, seis produzem somente etanol e cinco produzem etanol e açúcar. Há outros cinco projetos de novas usinas no estado.

As plantações de cana ocupam regiões do Pantanal, do Cerrado e da Amazônia, em uma área de 214.511 hectares, com uma média de 18.509,8 hectares por usina. Essas empresas também compram cana de fornecedores independentes, que hoje plantam em 29.551 hectares. Segundo o IBGE, em 1990, a área de cultivo de cana em Mato Grosso era de cerca de 65 mil hectares e, em 2005, chegou a cerca de 206 mil hectares. Na última safra, as usinas moeram em torno de 16.750.000 toneladas de cana, obtendo uma produção de 538.139 toneladas de açúcar e 844.395 m³ de etanol.⁸⁷

A safra de cana em 2008 deverá ter um aumento de 6% e as plantações chegarão a 216,037 mil



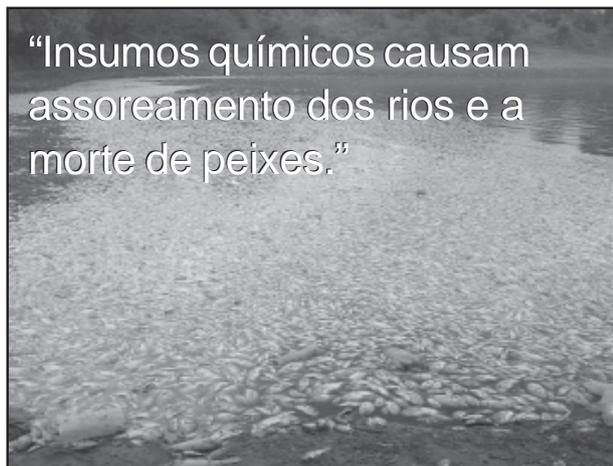
MATO GROSSO

hectares.⁸⁸ A Secretaria de Planejamento espera triplicar os atuais 800 milhões de litros de etanol produzidos no estado, para que o Mato Grosso seja incluído nos planos da Transpetro - empresa ligada à Petrobrás - para a construção de um poliduto para o escoamento da produção.⁸⁹

Essa região é considerada de transição entre o cerrado, o pantanal e a floresta tropical. As plantações de cana se expandem no chamado "corredor de biodiversidade" nas regiões das nascentes do Rio São Lourenço, que inclui os municípios de Aquino, Jaciara e Juscimeira.⁹⁰ No município de Nova Olímpia há três grandes usinas, do grupo Itamaraty, que produziu sete milhões de toneladas de cana na última safra.⁹¹

De acordo com o diretor-executivo do Sindalcool-MT, Jorge dos Santos, há previsão de

expandir as plantações de cana em cerca de dois milhões de hectares nas proximidades do município de Alto Taquari. Uma nova usina irá cultivar 35 mil hectares na região a partir de 2009, com capacidade para moer três milhões de toneladas de cana.⁹²



Ameaça ao Pantanal

Segundo o pesquisador Inácio Werner, do Centro Burnier Fé e Justiça, cerca de 80% da cana produzida no Mato Grosso está nos 51 municípios que fazem parte da Bacia do Alto Paraguai, no bioma Pantanal. As outras usinas do estado estão em áreas de Cerrado e no bioma amazônico. Ele explica que as empresas de etanol buscam a região por suas terras planas e grande quantidade de água proveniente do Rio Paraguai, da Bacia do Rio Prata e da Bacia Amazônica. O cultivo da cana é feito com grandes quantidades de insumos químicos, o que aumenta o impacto no Pantanal, causando o assoreamento dos rios e a morte de peixes. “O impacto ambiental é grande. Aumentam os conflitos com populações indígenas do Araguaia, que denunciam os desmatamentos causados pela expansão da cana e a poluição dos rios em seus territórios”, afirma Werner.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso instaurou um inquérito (N.º 5/2008/MPBB/MT), visando apurar “o cometimento de danos ao meio ambiente e à saúde pública, consistente na poluição atmosférica bem como no aumento de

doenças respiratórias e demais conseqüências causadas pela queima da cana-de-açúcar na comarca de Barra do Bugres/MT praticada pelas Usinas Barralcool, Itamaraty e outros produtores da cana-de-açúcar, violando o disposto no art. 3.º, inciso IV, no art. 170, incisos III e VI, no art. 186, inciso II e no art. 225, todos da Constituição Federal de 1988, incorrendo, em tese, na prática de ilícito ambiental e cível em razão de conduta lesiva ao meio ambiente, dessa maneira, transgredindo as normas ambientais e constitucionais acima destacadas.⁹³

Violação de direitos trabalhistas

Há graves denúncias de violações de direitos trabalhistas nas usinas da região. O Ministério Público do Trabalho (MPT) registrou como ocorre o aliciamento ilegal de mão-de-obra no Mato Grosso. O aliciador Raimundo Pinto “utiliza-se da



fachada de dono de hotel para arregimentar mão-de-obra para o trabalho em fazendas da região. Como os trabalhadores ficam alojados em hotel de sua propriedade, o aliciador acaba recebendo dos donos das propriedades e dos trabalhadores. Essas práticas são características do trabalho escravo”, constatou o procurador José Pedro dos Reis.

O MPT ouviu denúncia de um trabalhador migrante de Alagoas, que foi agredido por reclamar de falta de pagamento na fazenda Milani. Segundo o relatório do MPT, o proprietário da fazenda, Amarildo Milani, “ao ser procurado para pagar a dívida trabalhista, negou o vínculo empregatício, afirmando que o acerto de contas tinha de ser feito com o Raimundo Pinto (gato) e não com a fazenda”. Segundo o procurador José Pedro dos Reis, “Isso prova que as contratações não eram feitas diretamente pelo tomador do serviço que é o fazendeiro, e sim pelo intermediador de mão-de-obra, o que é característico nesse tipo de crime”.

O trabalhador relata ainda que “as condições de trabalho nas fazendas são precárias” e que, “além dele, outros seis colegas de trabalho dormiam em camas feitas de varas instaladas sob os barracos de lona, as necessidades fisiológicas eram feitas no chão, bebiam água de um córrego e a comida era fornecida pelo “gato” uma vez por semana”. O MPT instaurou processo contra o aliciador e o dono da fazenda por crime de trabalho escravo.⁹⁴

De acordo com Leonir Carlos Pedroso, da Pastoral do Migrante (SPM), é preciso apoiar os trabalhadores em suas denúncias, pois eles vivem sob constante ameaça de demissão. Segundo o SPM, 90% dos cortadores de cana no estado são migrantes do Nordeste, que podem chegar a 16 mil por safra. “Os principais problemas de saúde são dores na coluna, mutilação, stress e câimbras. Se o trabalhador falta por motivo de doença, seu salário é descontado. Também constatamos a superlotação nos alojamentos e a falta de alimentação adequada. O almoço é feito ao relento, com um calor de 40 graus ou mais, e, além disso, a comida pode vir estragada. É comum vermos maus tratos de trabalhadores pelos “gatos” ou pelos próprios patrões. O consumo de bebidas alcoólicas e drogas tem aumentando muito, pois serve para resistir à fadiga e para aliviar a dor da saudade da família e do trabalho do dia-a-dia”, explica Leonir.

É importante observar que 66,7% da cana é colhida manualmente. Um trabalhador corta em



média 8 toneladas de cana por dia, enquanto que uma máquina chega a cortar 700 toneladas por dia. De acordo com informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Denise, a jornada de trabalho, que era semanal, passou a ser de 5 por 1, a partir de 2004. Ou seja, os cortadores trabalham cinco dias e folgam um. Portanto, não têm fins-de-semana regulares. A mudança de sistema alterou o ganho dos trabalhadores. O sindicato tem uma lista de 3.493 trabalhadores que reivindicam um montante de R\$ 4.150.211,83. A dívida da empresa com alguns trabalhadores chega a 5 mil reais.

A usina da região é do grupo Itamaraty, que pertence a Olacir de Moraes e planta cana nos municípios de Denise, Nova Olímpia, Tangará da Serra, Nortelândia e Arenápolis. Há também nove fornecedores de cana na região. Em 2006, um trabalhador morreu numa dessas áreas quando estava colocando fogo para o corte da cana.

A cidade é praticamente formada por migrantes maranhenses, alagoanos e baianos, que chegaram aliciados por “gatos” ou aliciadores ilegais. Em um dos alojamentos da cidade, o trabalhador Josiel da Rocha Macedo, de 25 anos, afirmou que, “as usinas não pagam direito, pagam em cheque e não em dinheiro. O trabalhador se mata e não ganha nada”. Ele tinha um ferimento abaixo do joelho, feito pelo podão.

A empresa distribui pela manhã um soro energizante para cada trabalhador, com o objetivo de evitar câimbras, que são comuns neste tipo de função. De acordo com informações do hospital da cidade, entre 20 e 25 cortadores de cana são



atendidos por mês com problemas de sutura, dores no corpo ou câimbras.

No município de Barra do Bugre fica instalada a usina Barraalcool, onde houve uma greve dos cortadores em 2007, para reivindicar melhores salários. Outro problema é a péssima condição dos alojamentos. Muitos trabalhadores dormem no mesmo espaço, em beliches e colchões de má qualidade, com poucos banheiros, sem higiene. Mesmo assim, o valor do aluguel é muito alto.

Em um galpão de uma antiga serralheria, onde estavam hospedados 60 trabalhadores vindos do Piauí e da Bahia, cada um pagava R\$ 30,00 reais por mês, somando um aluguel de R\$ 1.800,00 reais. Os trabalhadores dormiam em beliches, extremamente próximos um do outro e praticamente sem condições para se movimentarem. Havia apenas três banheiros em condições precárias. A usina desconta o valor do aluguel diretamente do salário. Isso significa que os proprietários dos alojamentos têm uma relação direta com a empresa. Em quatro outros alojamentos visitados, as condições eram as mesmas. Nenhum trabalhador quis dar entrevista porque são proibidos pela empresa.

No distrito de Chumbos, a 34 quilômetros de Poconé, está localizada a Usina Alcoopan, que paralisou suas atividades na safra passada por denúncias de trabalho escravo. Em entrevista para o noticiário local MT-TV, a procuradora do Ministério Público do Trabalho, Rosimere Lobo, afirma que foi constatado fraude nos acordos trabalhistas, além de degradação do meio-ambiente e da dignidade dos trabalhadores. O Procurador do Trabalho, Eduardo Angarten, denuncia as jornadas exaustivas, nas quais a média diária é cortar 20 toneladas de cana, causando inclusive mortes de trabalhadores.

Os cortadores de cana afirmam que o salário que recebem não é suficiente nem mesmo para voltar para casa, pois a maioria é migrante do nordeste. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) explica que é difícil encontrar mão-de-obra local porque o trabalho é muito pesado. Um grupo que veio do Maranhão



não encontrou nem mesmo colchões no alojamento e foi abandonado pelo aliciador. “Apesar da propaganda de modernização do setor, a situação dos trabalhadores no corte da cana continua igual. Todos os anos recebemos denúncias de trabalhadores que, ao final da safra, não recebem salário. A jornada de trabalho é de 10 a 12 horas e continua a prática de trabalho escravo e grilagem de terras”, denuncia João Roberto Buzatto, membro da CPT no Mato Grosso.

Segundo Valdney Arruda, Superintendente Regional do Ministério do Trabalho em Mato Grosso, “O trabalho no corte da cana é exaustivo e verificamos problemas constantes de saúde, alimentação e moradia, o que constitui uma forma de super-exploração que nós entendemos como trabalho escravo. O primeiro passo para nós é combater o aliciamento e a exploração dos trabalhadores migrantes”.

Em visita ao alojamento onde os trabalhadores foram encontrados em regime de trabalho escravo, o vigia informou que mais de 80% dos cortadores que se alojam naquele estabelecimento usam drogas. Segundo ele, o uso de drogas serve para aliviar a dor no corpo, o cansaço durante a noite e, de manhã, para esquentar o corpo e ir para o corte da cana. A usina nunca proibiu e não utilizou nenhuma medida para coibir o uso de droga, que é comum para suportar o trabalho pesado.

Degradação ambiental no Pantanal

No município de Jaciara existem duas usinas: Pontal e Jaciara. A usina Jaciara está fechando porque foi multada várias vezes pelo IBAMA, por jogar vinhoto no Rio Amaral, afluente do Rio São Lourenço, do Rio Vermelho e do Rio Paraguai, causando a contaminação da fauna e flora do Pantanal. Recentemente, a usina Jaciara foi vendida para o Grupo Naoum, que controla a Usina Pantanal.

As terras dessas duas usinas foram griladas. A grilagem ocorreu no início da década de 80, quando dois gaúchos montaram a cooperativa Cooperjaque e se apossaram das terras da região. Nessa época, houve conflitos e assassinatos de moradores locais. Em 1998, o grupo Naoum instalou a usina Pantanal, apropriando-se de 8.400 hectares das terras da união, através de uma negociação ilegal com a Cooperjaque.

Segundo a moradora Maria do Carmo Fernandes Cunha, em 2003, cerca de 380 famílias ocuparam uma parte dessa área, reivindicando 5.641 hectares, pois sabiam que as terras eram da União e exigiam do Incra um assentamento de Reforma Agrária. Elas conseguiram permanecer dentro da área por nove meses, com o apoio da CPT e do MST. No dia 11 de maio de 2004, foi concedida liminar de reintegração de posse para

⁸⁷ IBGE, <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=1&i=P>

⁸⁸ Jornal A Gazeta, Mato Grosso terá a maior safra de cana este ano, 11/3/08.

http://www.afcop.com.br/boletim_informativo/2008/03/mato-grosso-tera-maior-safra-de-cana.html

⁸⁹ CANA-DE-AÇÚCAR: MT PODE SUPERAR BARREIRAS E AMPLIAR PRODUÇÃO DE ETANOL, www.seplan.go.gov.br.

⁹⁰ O Estado de São Paulo, Cana coloca em risco o cerrado brasileiro, 3/12/07.

⁹¹ <http://conexaotocantins.com.br/noticia/cana-coloca-em-risco-o-cerrado-brasileiro/926>

a usina. Mesmo assim, o Incra conseguiu requisitar essa área para a Reforma Agrária. Em novembro de 2007, quando o Incra iria completar o processo, a usina negociou um adiamento com o oficial de justiça. Logo depois, um mandado de segurança suspendeu a imissão de posse. Hoje, as famílias aguardam a decisão final sobre o destino da área e reivindicam que terras públicas sejam destinadas à Reforma Agrária.



Doenças e acidentes de trabalho

Há outras denúncias contra essa empresa. A trabalhadora Maria José Marques cortou cana desde os 14 anos para a usina Jaciara e contraiu uma doença cardíaca. Até hoje não conseguiu aposentadoria pelo INSS, apesar de ter atestado médico confirmando que não tem condições físicas de trabalhar.

Uma pesquisa do professor Wanderlei Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso, revela que, "Foi verificada a correlação linear entre o aumento dos 'esforços produtivos' (hectares de culturas/habitante e bovinos/habitante) com o aumento de incidências de acidentes de trabalho, intoxicações por agrotóxicos, acidentes por animais peçonhentos, neoplasias e má-formações congênitas. Observou-se ainda que 70% dos acidentes de trabalho estavam relacionados às atividades do agronegócio".⁹⁵

O Professor Pignatti afirma que os acidentes de trabalho duplicaram no estado, passando de 2.684 para 5.228, o que evidencia o aumento da precariedade. As intoxicações agudas por agrotóxico triplicaram nos últimos oito anos, e os acidentes com animais peçonhentos multiplicaram de 61 para 685. As internações por neoplasia (câncer de todo tipo) e a má formação (anencefalia, má formação cardíaca e intestinal) duplicaram em Cuiabá e Várzea Grande e triplicaram no interior do Mato Grosso. Esse é um impacto bastante preocupante quando se analisa o aumento da produção agrícola no estado. De maneira preventiva, se gasta mais em vigilância à saúde do boi e da soja do que à saúde dos trabalhadores. Os escritórios do Instituto de Defesa Agropecuária, que fazem a vigilância sanitária do boi e da soja, estão presentes em todos os municípios do estado e possuem 1.238 funcionários e 242 veículos. Porém, para cuidar de maneira preventiva da saúde do trabalhador o governo tem apenas 15 escritórios, com 18 veículos e 183 funcionários.

⁹² Google News, Cana-de-açúcar avança em Mato Grosso, 24/03/2008 - 19:20.

⁹³ Promotoria de Justiça da Comarca de Barra do Bugres, 4/3/08.

⁹⁴ Procuradoria Geral do Trabalho, Gato conta detalhes ao MPT sobre o aliciamento de mão-de-obra em Sapezal (MT), 01/08/2008.

⁹⁵ Artigo III da tese de Doutorado, Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio em Mato Grosso. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ensp, 2007, p 81-105.

Resistência



A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimou um aumento de 51 mil hectares nas plantações de cana em Mato Grosso do Sul, na safra de 2007/2008, o que significa 32% a mais do que a safra anterior, que já ocupava 160 mil hectares. Desta forma, o estado chegara a 211,1 mil hectares com produção de cana.⁹⁶

Há nove usinas instaladas no estado (Sonora S.A, R.S.S.A, Rio Brilhante, Debrasa, N. Andradina, MR LTDA, Copernavi, Alcoovale, Cachoeira) e cerca de 50 novos projetos, com solicitações de incentivos fiscais, que poderiam ocupar 800 mil hectares nos próximos anos, de acordo com previsões da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário.⁹⁷

Algumas das usinas em período de implantação são a da empresa francesa Louis Dreyfus (com 50 mil hectares), do grupo Tavares de Melo (com 128 mil hectares), do grupo Benedito Coutinho (com



MATO GROSSO DO SUL

275 mil hectares) e do grupo Talent Safe – Private Securities (com 191 mil hectares). Há também grande interesse de empresas estrangeiras de produtos agrícolas, como Basf, Bayer e Syngenta que têm desenvolvido “produtos apropriados às regiões Centro-Oeste e Norte, para as novas fronteiras da cana”.⁹⁸

Em agosto de 2008, durante a inauguração da usina da empresa Luis Dreyfus, em Rio Brilhante, o governador Antré Pucicnelli, afirmou que o “Mato Grosso do Sul será o maior produtor de álcool do mundo, em sete anos”.⁹⁹ O representante da Luis Dreyfus, Christofhe Akli, explicou que “a atração pelo Mato Grosso do Sul, em especial por Rio Brilhante, deu-se em virtude de disponibilidade de terra agrícola e clima favorável”.¹⁰⁰

Violência contra povos indígenas

Enquanto as empresas comemoram a enorme quantidade de terras disponíveis para o monocultivo de cana, aumenta a violência contra o povo Guarani Kaiowá, que vive confinado, sem direito ao seu território. O Ministério Público Federal estima que os Guarani- Kaiowá em Mato Grosso do Sul cheguem a 47 mil pessoas, representando a maior população de um povo



indígena no país, e vivem em uma área de cerca de 20 mil hectares.

A expansão do monocultivo da cana agrava o problema fundiário no estado. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), os povos Guarani-Kaiowá vivem em situação extremamente precária e a falta de terra gera sérios problemas sociais como morte de crianças por desnutrição, suicídios (principalmente de jovens entre 12 e 18 anos), alcoolismo e assassinatos. Estes povos têm sido alvo da violência de latifundiários, com casos de assassinatos e trabalho escravo no corte da cana. Segundo o relatório do CIMI, de 2007, “há registros

de quatro assassinatos de indígenas ocorridos em alojamentos de usinas”.¹⁰¹

O setor ruralista pressiona o governo contra a demarcação de territórios indígenas e agrava a situação de conflito no estado. O governo estadual pretende, inclusive, mudar a legislação para permitir que novas usinas se instalem no Pantanal, na região entre as bacias dos rios Paraguai e Paraná. O projeto pode agravar ainda mais os conflitos por terra, além de aumentar a destruição do cerrado e a contaminação de rios e fontes de água subterrâneas, incluindo o Aquífero Guarani. Segundo Alessandro Menezes, da entidade Ecologia e Ação, “A monocultura da cana pode alterar grandes áreas de Cerrado, comprometendo a biodiversidade e desfigurando o entorno do Pantanal, região considerada Patrimônio da Humanidade pela Unesco”.¹⁰²

Em junho de 2008, a Assembléia Legislativa aprovou uma lei que acaba com a distância mínima de 25 quilômetros entre as usinas. Isso significa que a monocultura da cana pode ocupar 70% do sul do estado, além de permitir a instalação de um álcooloduto para transportar etanol até o Porto de Paranaguá.¹⁰³

As conseqüências climáticas, como a seca na região, já podem ser verificadas. No município de



⁹⁶ Correio do Estado, Cana espalha-se por mais 51 mil hectares em MS, 31/08/07.

⁹⁷ Correio do Estado, Cana inflaciona preço de terras no Mato Grosso do Sul, 04/06/07.

⁹⁸ Comissão Pastoral da Terra, A expansão canavieira em mato grosso do sul, artigo de Mieczslau Kudlavicz e Juliana Grasiéli Mota Bueno, junho de 2007.

⁹⁹ Diário do MS, 23/08/08.

¹⁰⁰ Diário do MS, 22/08/08.

¹⁰¹ Jornal Pequeno, Usinas de cana degradam índios no Mato Grosso do Sul, 15/04/ 08, <http://www.jornalpequeno.com.br/2008/4/15/Pagina76789.htm>

Dourados, as usinas desrespeitam a legislação ambiental e praticam queimadas. Uma matéria publicada no jornal Dourados Agora denuncia que, “Mesmo proibida, a atividade da queima da palha de cana-de-açúcar inicia seu ciclo em Dourados. A poluição em grande escala já é visível em várias áreas do município e a umidade relativa do ar em baixa já começa a preocupar organismos de



segurança acerca do perigo das doenças respiratórias. No Instituto do Meio Ambiente (Imam), as denúncias começam a ser investigadas”.¹⁰⁴

Trabalho escravo e assassinatos

Dezenas de indígenas têm sido assassinados todos os anos no estado. Um destes casos ocorreu no dia 8 de julho de 2007, quando o líder Guarani-Kaiowá Ortiz Lopes foi morto por pistoleiros. Segundo nota do CIMI, “Ortiz sempre esteve à frente das lutas pela recuperação de suas terras, já havia sobrevivido a outro atentado e vivia sob fortes ameaças de morte. Por volta das 18h30 do domingo, quando já estava escuro, um homem se aproximou da frente de sua casa, desejou boa noite e chamou por Ortiz. Ao perguntar quem era, a vítima se dirigiu à porta e foi recebida por tiros. Enquanto disparava sua arma, o assassino informou: os fazendeiros mandaram acertar contas com você”.

As usinas da região possuem um extenso histórico de trabalho escravo e assassinatos de

trabalhadores. A maioria dos cortadores de cana é formada por migrantes e indígenas. O Ministério Público do Trabalho estima que cerca de 7.000 indígenas trabalhem no corte da cana em Mato Grosso do Sul. Em março de 2007, a Delegacia Regional do Trabalho/MS fechou a Usina de Iguatemi por prática de trabalho escravo contra 409 trabalhadores, entre eles, 150 indígenas.

Em relação ao trabalho escravo, o CIMI divulgou a seguinte denúncia: “Em março de 2007, 150 indígenas que trabalhavam no corte de cana na Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda. (Dcoil) foram libertados por fiscais da Delegacia Regional do Trabalho/MS. Em novembro do mesmo ano, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) descobriu 1.011 indígenas vivendo em condições degradantes na usina Debrasa. A maioria dos resgatados pertencia ao povo Guarani-Kaiowá e vários ao povo Terena.”¹⁰⁵

Em 29 de julho de 2008, o Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho realizou inspeção na Destilaria Centro-Oeste Iguatemi e constatou que “O meio ambiente do trabalho ao qual os trabalhadores eram submetidos (local inapropriado para preparo e consumo das refeições, alojamentos em condições insalubres, não fornecimento de equipamento de proteção individual e de materiais para primeiros socorros, alimentação precária, falta de instalações sanitárias e água consumida sem higiene) configurou tratamento degradante coibido pela Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, inciso III”.



Sobre as violações contratuais, o Grupo Móvel revelou que, “Os contratos dos trabalhadores eram desprovidos da formalidade exigida por lei; o empregador não enviava informações ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED; não recolhia o FGTS em conta vinculada ao trabalhador; não efetuava o pagamento até o 5º dia útil ao mês subsequente ao vencido; não havia junto aos postos de trabalho nenhuma documentação referente aos vínculos laborais dos obreiros; não foram anotados os dados contratuais nas Carteiras de Trabalho daqueles que as possuíam, sendo que os empregados não eram registrados e não havia o controle da jornada laboral exigido por lei.

Diante das irregularidades encontradas, os fiscais determinaram que “Visando evitar danos imediatos aos empregados, após inspecionar as áreas de vivência, e nas frentes de trabalho

optamos por determinar a interdição (nº303267/30072008) do trabalho manual de corte de cana, ficando informado no mesmo instrumento que se num prazo de 48 horas as irregularidades não fossem sanadas os trabalhadores seriam resgatados”.¹⁰⁶

A Superintendência Regional do Trabalho em MS tem registrado outras violações de direitos, principalmente contra trabalhadores indígenas e migrantes, que são transportados de forma irregular de seus locais de origem, são obrigados a pagar valores muito altos por transporte e hospedagem, em condições degradantes, não recebem remuneração adequada ou tratamento médico em caso de acidentes de trabalho, incluindo mutilações no corte da cana e doenças contraídas pela condição insalubre do meio-ambiente, como pneumonia e outras doenças respiratórias.





¹⁰² Instituto Sócio Ambiental, Governo do Mato Grosso do Sul quer liberar usinas perto do Pantanal, 15/07/08, <http://www.brasiloeste.com.br/noticia/1623/usinas-pantanal>

¹⁰³ Midiamax, Incentivo à cana acaba com produção de grãos, 26/6/2008, <http://www.portalms.com.br/noticias/Ecoa-incentivo-a-cana-acaba-com-producao-de-graos/Mato-Grosso-do-Sul/Meio-Ambiente/16525.html>

¹⁰⁴ Dourados Agora, Mesmo proibidas, começam queimadas de cana em Dourados, 07/07/2008 18:34.

¹⁰⁵ Jornal Pequeno, Usinas de cana degradam índios no Mato Grosso do Sul, 15/04/08, <http://www.jornalpequeno.com.br/2008/4/15/Pagina76789.htm>

¹⁰⁶ Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em MS, Grupo Fiscalização Móvel, coordenador: Luiz Carlos dos Santos Cruz, Auditor-Fiscal do Trabalho, 4/8/08.



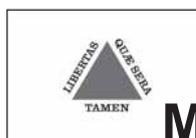


VIOLAÇÕES

“A expansão das lavouras acontecem acompanhadas pela violação dos direitos humanos”.

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indicam que, em Minas Gerais, a safra da cana em 2008 será de 60,2 milhões de toneladas. Essa quantidade é 47% maior do que a safra anterior, quando foram colhidas 46 milhões de toneladas. Com este aumento, o estado passou a ser o segundo produtor de cana-de-açúcar do país, com uma área plantada de 467 mil hectares. A Conab estima que a produção de etanol em Minas Gerais chegará a 2,2 bilhões de litros este ano. Segundo o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool (Sindaçúcar), existem 36 usinas em funcionamento no estado. Até 2012, a previsão é chegar a 52 usinas, com produção de 5,5 bilhões de litros de etanol.¹⁰⁷

Na região do Triângulo Mineiro, algumas empresas que participam desta expansão são: Usina Frutal (no Vale do Rosário/Moema), Usina



MINAS GERAIS

Central Energética (em Veríssimo), Cia. Energética de Açúcar e Alcool do Triângulo Mineiro do Grupo Comfrio/Fittipladi (em Uberaba e Uberlândia), Grupo Balbo (em Uberaba), Usina Santa Vitória do Grupo Crystalsev (em Santa Vitória), S.A Usina Coruripe Açúcar e Alcool (em Carneirinhos, Prata, Campo Florido e União de Minas), Usina Cerradão do Grupo Frutal (em Pitangueiras/Queiroz), Cabrera Central Energética (em Limeira do Oeste), Usina Nova Ponte (em Tenório), Grupo Carlos Lyra (em Uberaba, Sacramento e Uberlândia), Grupo Santa Elisa (em Ituiutaba e Campina Verde), Cia. Energética Vale do São Simão (em Andrade), Usina Zanin Açúcar e Alcool Ltda. (em Prata).¹⁰⁸ Há outros projetos de novas usinas no Noroeste do estado, no Alto Paranaíba e no Alto São Francisco.

A Cia. Energética de Açúcar e Álcool do Triângulo Mineiro anunciou que irá instalar uma de suas usinas nas proximidades do Rio Tijuco e outra na Floresta do Lobo. Segundo o diretor da empresa (que pertence ao grupo J.F Citrus), José Raimundo Santos, “Estamos com 15 mil hectares de terra consolidados na região, mas, em uma primeira fase, precisamos de 50 mil hectares”. Para isso, a empresa está negociando contratos de arrendamento com agricultores locais, que seriam de, no mínimo, dez anos. As áreas arrendadas tinham como finalidade principal o cultivo de milho, soja e a criação de gado para corte e para produção de leite.¹⁰⁹

A expansão das lavouras de cana em Minas Gerais, assim como em outras partes do país, é acompanhada por violações de direitos humanos. Um dos casos emblemáticos foi a morte de um trabalhador na Usina Monte Alegre, em outubro de 2007. Gilmar Donizete dos Santos, de 35 anos, morreu carbonizado quando fazia a queima da cana. O caso só foi divulgado porque seus colegas sentiram sua falta e descobriram seu corpo queimado em meio aos canaviais.¹¹⁰

Alto São Francisco

Os problemas sociais e ambientais ficam evidentes também na região do Alto São Francisco. No município de Lagoa da Prata já existia uma usina de açúcar desde a década de 70, de



propriedade de Antonio Luciano, “coronel” e latifundiário, conhecido como um dos maiores grileiros de Minas Gerais. Mais recentemente, a empresa francesa Louis Dreyfus adquiriu esta usina e expandiu o monocultivo de cana para a produção de etanol. Nos últimos dois anos, outras empresas participam do processo de expansão da monocultura da cana na região.

Os efeitos são devastadores. Na fazenda de Antonio Luciano chegaram até a desviar o curso do rio São Francisco para facilitar o escoamento da produção, sem licença ambiental ou estudos técnicos. Tanto no período inicial de implantação da cana, como nesta fase recente, a monocultura substitui áreas de lavouras e criação de gado, além de destruir as reservas florestais e a mata ciliar. Na implantação dos plantios, as empresas fazem queimadas clandestinas das matas nativas à noite, derrubam e enterram as árvores, para fugir da fiscalização.

“Hoje é comum encontrarmos animais mortos nas estradas, fugindo da devastação das matas. Já encontramos lobos, raposas, tamanduá-bandeira, tamanduá-mirim, lontra, quati, tatu, serpentes, garças, corujas, lagartos, além de peixes mortos no rio, como surubins, que chegam a pesar 40 quilos. Plantam cana até na beira dos rios e das lagoas”, afirma Francisco Colares, professor de zoologia na Universidade de Iguatama.

Segundo Colares, a usina de Lagoa da Prata utiliza a água do São Francisco em todo o processo de produção - para irrigação durante o cultivo, para lavar a cana depois da colheita e para resfriar as caldeiras no processamento. Em um dos pontos de captação, o bombeamento é de 500 litros por segundo - quantidade de água suficiente para abastecer todo o município.

O processo de expansão é intenso. A Empresa Total está construindo uma usina em Bambuí e está prevista a implantação de mais três usinas na região - duas

em Arcos e uma em Iguatama, além da expansão da produção em Lagoa da Prata. O cultivo de cana chega até a Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra, considerada pelo Atlas da Biodiversidade em Minas Gerais como sendo de importância biológica extrema.

O parque fica entre as nascentes do rio São Francisco e a bacia do Rio Grande. A preservação da Zona de Amortecimento, ou área circundante ao parque, é essencial para garantir sua conservação. A produção de cana no local causa grande impacto, por seu potencial invasor, pelo intenso uso de agrotóxicos, entre outros. A Usina Itaiquara se instalou no município de Delfinópolis e plantou cana em áreas de preservação permanente, próximas ao grande reservatório de águas de Furnas.

“A cana chega até a margem do reservatório; plantam cana praticamente dentro d’água. Desmataram a área e praticaram queimadas, o que representa um grande risco para toda a região. O Ministério Público moveu uma ação contra a empresa e esperamos que a área seja recuperada em breve e que os responsáveis sejam punidos pelo dano ambiental. É necessário que os órgãos competentes fiscalizem essa atividade, pois a monocultura traz sérios problemas ambientais. O Brasil deveria priorizar uma agricultura diversificada”, afirma Joaquim Maia Neto, Chefe da unidade do IBAMA responsável pelo Parque Nacional da Serra da Canastra.

O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município de Luz, Dario Paulineli, descreve outros impactos na região. “A cana se expandiu rapidamente nos últimos anos. A empresa Louis Dreyfus fez muitos contratos de arrendamento com agricultores locais e o impacto ambiental foi enorme. A usina aplica o veneno de avião e atinge os agricultores vizinhos e a população das cidades. Desmatam madeira de lei, árvores protegidas por

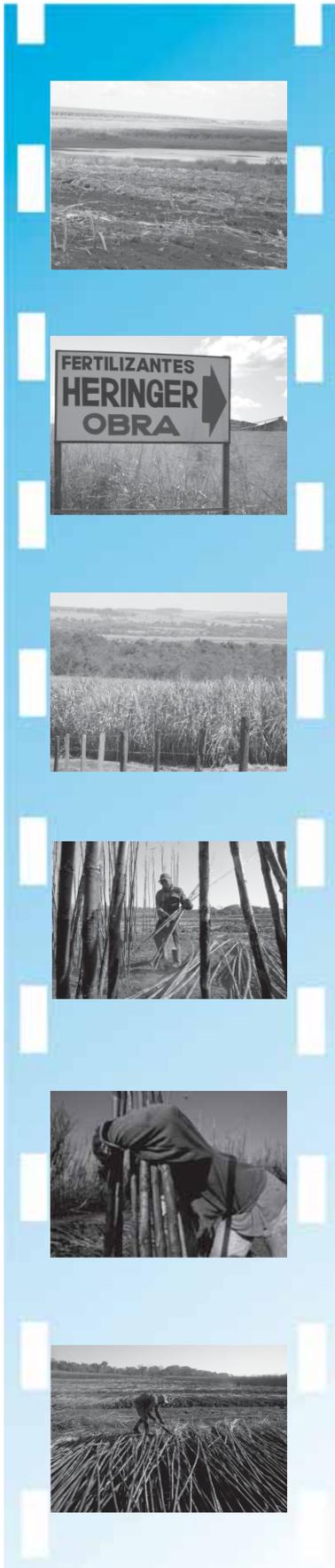


lei como o pequiheiro e a gameleira, plantam cana perto das nascentes dos rios, não respeitam os estudos de impacto ambiental. Muitos animais estão morrendo com a devastação das matas”.

Arrendamento de terras

Para o agricultor Gaudino Correia, não vale a pena arrendar a terra. “Os contratos são de 12 anos e depois disso a cana já acabou com tudo. A usina usa máquinas pesadas para preparar a terra e causa erosão do solo. Depois queimam a cana e a cinza se espalha por toda a região. Eu não quis arrendar minha terra e estou cercado de cana. Aqui não tem mais terra para lavoura e por isso subiu tanto o preço dos alimentos. Meus vizinhos deixaram de produzir milho, feijão, café, leite e arrendaram a terra para a empresa Total. Eu ainda planto milho, feijão, e produzo leite, mas para o produtor o preço não aumentou, só para o atravessador e para a população. Ainda consigo produzir leite porque faço a ração. Se fosse comprar, não sobrava nenhuma renda. O preço da ração aumentou 50% e fica difícil criar animais”.

O agricultor Sebastião Ribeiro tem a mesma posição. “A usina insistiu, mas eu não quis arrendar minha terra. Meus vizinhos arrendaram e depois ficaram com depressão, porque é o mesmo que perder a terra. O que vai acontecer se os



agricultores deixarem de plantar alimentos?” Ribeiro explica também que a usina faz irrigação da cana com pivô central, usando água do São Francisco.

Especialistas alertam que não há fiscalização eficiente sobre os impactos sociais e ambientais. “O Estado deveria priorizar a preservação das nascentes dos rios. É como desgastar as veias que levam o sangue para o coração. Essa expansão tem sido muito rápida e a idéia é dobrar a produção de cana na região. A agricultura familiar vai sumir e podem faltar alimentos”, afirma Lessandro da Costa, diretor da Associação Ambientalista do Alto São Francisco.

Apesar da propaganda das empresas, que dizem gerar emprego e desenvolvimento, organizações locais denunciam que as usinas não respeitam leis ambientais e trabalhistas. “Usam venenos violentos que afetam a saúde dos trabalhadores e da população. Onde antes se produzia milho, feijão, café, leite e outros alimentos, agora é só cana. Não há crédito para os pequenos produtores, mas o Banco do Brasil tem dinheiro de sobra para incentivar as grandes usinas, que destroem o cerrado e a Amazônia. Essa política vai deixar uma herança de destruição”, afirma Carlos Santana, assessor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bambuí.

Trabalho degradante

Ele explica que “Aqui tem serviço, mas só braçal. Os trabalhadores chegam de todas as partes do país para cortar cana e o aluguel na região aumentou muito. Outra consequência foi o congestionamento do sistema de saúde pública. Os cortadores de cana recebem por produção e isso causa a exploração. Muitos ficam doentes e não conseguem mais trabalhar”.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa da Prata, Nelson Rufino, denuncia que, “A usina Louis Dreyfus causa grande destruição ao meio-ambiente. O trator da empresa arranca as árvores e depois enterra para esconder o crime ambiental. Somente metade dos canais

onde depositam o vinhoto é feita de cimento. Nos outros canais o vinhoto vai direto para o subsolo e para os rios. Nós chamamos o vinhoto de “água que fede”.

Rufino descreve ainda os impactos sociais nos municípios da região. “As cidades estão totalmente cercadas porque a cana chega até as áreas urbanas. A empresa joga veneno de avião e o índice de câncer na população é enorme. Só na minha família temos cinco casos de câncer e isso é comum na cidade. Há mais de 140 trabalhadores afastados por problemas de saúde como tendinite, problemas de coluna, asma e outras doenças pulmonares. Temos registros de cinco casos de mortes por acidentes de trabalho. Dois trabalhadores caíram nas caldeiras, um morreu durante a queima da cana e outros dois morreram em acidentes com o trator”.

Grande parte dos cortadores de cana é migrante e está vulnerável à exploração e ao preconceito. O local onde vivem em Lagoa da Prata é chamado de “Carandirú”. Rufino afirma que “Para os trabalhadores a situação piorou porque perdemos renda. Ano passado fizemos uma greve de 45 dias e conseguimos um aumento de \$2,50 para \$2,80 por tonelada de cana cortada. Mas a empresa quer buscar uma forma de nos incriminar e está processando o sindicato”.

Outra forma de manipular os trabalhadores é estimulando a competição. Para isso, a empresa os divide em grupos, de acordo com a quantidade de cana cortada. Quem não cumprir a meta não será contratado na próxima safra. Aqueles que atingem a maior meta vão para a turma dos “touros”, que cortam de 17 a 25 toneladas de cana por dia. Muitos trabalhadores desse grupo foram afastados por problemas de saúde e agora são chamados de “bezerros doentes”.

Mesmo em áreas onde já havia atividade agrícola, o monocultivo da cana gera um grau muito maior de devastação porque substitui agricultura diversificada por cultivos homogêneos e contínuos, o que leva à destruição total das reservas florestais. A demanda das empresas por grande quantidade de terras de boa qualidade, com acesso à água e à infra-estrutura, gera devastação dos recursos naturais e da agricultura local. Portanto, não é verdade que a indústria da cana se expande para áreas degradadas e terras marginais, como afirma o governo.

Moacir Gomes, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bambuí, conclui que, “O presidente Lula não conhece a realidade. Como pode dizer que a cana não substituiu áreas de produção de alimentos? As usinas estão trazendo miséria e vai faltar comida na mesa da população”.¹¹¹

¹⁰⁷ Agência Safras, Minas Gerais colhe safra recorde em 2008, 11/09/08 16:10, http://ultimosegundo.ig.com.br/economia/safra/2008/09/11/cana_de_acucar_minas_gerais_colhe_safra_recorde_em_2008_1768933.html

¹⁰⁸ Agronegociar, Empresas vão arrendar terras para o cultivo de cana no Triângulo Mineiro http://agronegociar.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1574:minas-gerais-empresas-vaio-arrendar-terras-para-o-cultivo-de-cana-no-triangulo-mineiro&catid=88:Informacao&Itemid=88

¹⁰⁹ Agronegociar, Empresas vão arrendar terras para o cultivo de cana no Triângulo Mineiro http://agronegociar.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1574:minas-gerais-empresas-vaio-arrendar-terras-para-o-cultivo-de-cana-no-triangulo-mineiro&catid=88:Informacao&Itemid=88

¹¹⁰ Folha Online Lavrador morre em queima de cana em Monte Belo (MG), 29/10/2007 - 17h42min, <http://www.bobnews.com.br/noticias/lavrador-morre-em-queima-de-cana-em-monte-belo-mg.html>

¹¹¹ Brasil de Fato, Monocultivo da cana devasta Cerrado no Alto São Francisco, artigo de Maria Luisa Mendonça, 02/07/08.



DESTRUIÇÃO

“Não é à toa que a era dos biocombustíveis chegou com força total na Amazônia Legal”.

De acordo com reportagem do Jornal *O Globo*, “Não bastassem os dados oficiais da Conab indicarem crescimento do plantio em áreas de floresta, pesquisas acadêmicas confirmam a vocação de estados, como o Pará”.¹¹² A matéria cita um estudo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade São Paulo (USP), que indica que o Pará poderia dispor de 9 milhões de hectares para produção de cana, o que significaria um aumento de 136% na produção de etanol no Brasil. Segundo o estudo, citado pelo Ministério das Relações Exteriores, “A produção no Pará tem boas condições de produtividade, custos de mão-de-obra, de terras e de logística, com potencial para tornar-se uma das mais competitivas plataformas de exportação”. E conclui que, “Não é à toa que a era dos biocombustíveis chegou com força total na Amazônia Legal. Não temos dúvidas de que o Pará provavelmente terá a plataforma de



exportação do etanol mais competitiva do Brasil, que propiciará os maiores lucros para os investidores”.¹¹³

A CONAB estima que o Pará deve colher cerca de 736 mil toneladas de cana na safra de 2007/2008. A maior parte da produção (648,3 mil toneladas) é voltada para a produção de etanol e somente 36,8 mil toneladas para a produção de açúcar. A usina Pagrisa, localizada no município de Ulianópolis, tem a maior plantação do estado, com 11,6 mil hectares, e produz 50 milhões de litros de álcool por ano.¹¹⁴

Trabalho escravo

Em julho de 2007, fiscais do Ministério do Trabalho libertaram 1108 trabalhadores que faziam a colheita da cana para a fazenda Pagrisa (Pará



Pastoril e Agrícola S.A.), no município de Ulianópolis (Pará), localizado a 390 km de Belém.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) informa que: “De acordo com o auditor fiscal do trabalho e coordenador da ação, Humberto Célio Pereira, havia trabalhadores que recebiam menos de R\$ 10,00 por mês, já que os descontos ilegais realizados pela empresa consumiam quase tudo o que havia para receber de salário. O auditor informa ainda que a comida fornecida aos

trabalhadores estava estragada e havia várias pessoas sofrendo de náuseas e diarreia. A água para beber, segundo relato dos empregados na fazenda, era a mesma utilizada na irrigação da cana e, de tão suja, parecia caldo de feijão. O alojamento, de acordo com Humberto, estava superlotado e o esgoto corria a céu aberto. Vindos em sua maioria do Maranhão e do Piauí, não havia transporte à disposição dos trabalhadores para levá-los da fazenda ao centro de Ulianópolis, distante 40 quilômetros”.

¹¹² O Globo, *Ministro nega evidências e insiste que cana não chegou à Amazônia*, 29/07/2007.

¹¹³ Ministério das Relações Exteriores: Seleção Diária de Notícias Nacionais, http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=361026

¹¹⁴ http://www.paranegocios.com.br/anterior_cont.asp?id=1670



EXPLORAÇÃO

“Mão-de-obra de trabalhadores migrantes do nordeste”.

Em Rondônia, há dois projetos de destilarias de etanol, nos municípios de Cerejeiras e Santa Luzia d'Oeste. Há outra usina no município de São Felipe, a 530 km de Porto Velho. Segundo Cléber Calixto, prefeito de Cerejeiras, “a cidade tem terras extremamente férteis e terá uma fábrica de etanol a partir de abril de 2009.”¹¹⁵ Em Cerejeiras há um plantio de mudas de cana com 3 mil hectares, que foi financiado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A usina de Santa Luzia do Oeste foi instalada há três anos e possui área de cerca de 8 mil hectares. A fazenda foi adquirida por Luis Francisconi através do mecanismo de Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP), que incentivou os projetos de colonização. A usina também arrenda terras para expandir o plantio de cana. Com o aumento da produção, a empresa



RONDÔNIA

passou a utilizar mão-de-obra de trabalhadores migrantes do Nordeste. Entretanto, na safra de 2006/2007, o acordo sobre o salário não foi cumprido e o Ministério do Trabalho determinou que os trabalhadores retornassem ao seu local de origem, com as despesas pagas pela usina.¹¹⁶

Nivaldo Martins começou a trabalhar na usina de Santa Luzia em 2006. Ele conta que os trabalhadores recebem por produção e os contratos são de apenas 45 dias. A empresa prefere trabalhadores migrantes do Nordeste, porque se submetem a uma jornada de trabalho maior. Mas a empresa não cumpriu o contrato do preço do corte e os migrantes retornaram. O que Nivaldo recebe não é suficiente para o sustento

da família. Ele consegue plantar alguma coisa no seu sítio para garantir o sustento da família, mas não há incentivo para a produção de alimentos.¹¹⁷

De acordo com a agrônoma Maria Magda, da CPT – RO, é muito difícil para os pequenos agricultores conseguirem linhas de crédito para produzir alimentos. O Estado apóia somente os grandes fazendeiros que expandem os monocultivos. Segundo ela, “qualquer tipo de monocultivo é destrutivo em nossa região, pois causa destruição do solo, das nascentes dos rios e da biodiversidade”.

Êxodo rural

Segundo João Afonso, coordenador da CPT em Rondônia, a expansão do agronegócio no estado se intensifica a partir dos anos 90, como uma nova fronteira agrícola a partir do Mato Grosso. Essa expansão coincide com o êxodo rural. Na década de 70, mais de 70% da população vivia no meio rural e atualmente essa situação se inverteu, pois hoje mais de 70% da população do estado está nas cidades. Essa política incentiva o desmatamento, que é feito com recursos públicos. Os projetos de colonização permitiram a grilagem de terras por grandes latifundiários, através do CATP. Essa grilagem foi regularizada através de fraudes em cartórios de registro de imóveis. Não há estímulo para o plantio de grãos pela agricultura camponesa e por isso o êxodo rural continua. A mentalidade colonial é reforçada por grandes projetos de infraestrutura, através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), como o Complexo do Rio Madeira, que complementa o modelo baseado na exportação de produtos primários, tanto agrícolas como minerais.

Políticos locais têm feito pressão para que o governo não proíba o cultivo de cana na Amazônia

através do zoneamento. O senador Expedito Júnior (PR-RO) chegou a convocar o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, para discutir o tema na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.¹¹⁸ Há forte lobby da bancada ruralista no Congresso Nacional para que o governo siga liberando a expansão da agropecuária na região.

Seguindo a mesma linha, o deputado estadual Luiz Claudio (PTN-RO) declarou ao jornal Diário da Amazônia que, “A intenção da ministra Marina Silva de proibir o plantio de cana-de-açúcar em toda a Região Amazônica e também no Pantanal reflete um péssimo hábito de muitos ocupantes de altos cargos em Brasília: tomar decisões gerais, de alcance nacional, sem dar o devido valor às peculiaridades locais, de Rondônia, diante do noticiário de que o zoneamento agrícola para 2008 excluirá o plantio da cana-de-açúcar em toda a região amazônica”.¹¹⁹

Parece que esse tipo de pressão tem dado resultados. Recentemente, o jornal O Estado de São Paulo, noticiou que, “Às vésperas da definição de um zoneamento agrícola que indicará onde poderá haver o plantio de cana-de-açúcar e quais serão as áreas de restrição, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que é possível, do ponto de vista agrônomo, o plantio em áreas da Amazônia”.¹²⁰

Para o pesquisador Evandro Ferreira, da Universidade Federal do Acre (UFAC), “O ‘dinheiro novo’ das usinas de açúcar e álcool que estão se instalando em Rondônia irá, sem a menor dúvida, contribuir de forma indireta para a destruição de milhares de hectares de florestas nativas naquele Estado. E a destruição vai acontecer de forma legal ou ilegal, dentro e fora de áreas de conservação, como sempre aconteceu no passado”.¹²¹

¹¹⁵ Correio Braziliense, GOVERNO ESTUDA LIMITE PARA PLANTIO DA CANA, 27/8/07.

¹¹⁶ Dados baseados em entrevista realizada com Genair Capedini, membro do conselho da CPT, em Santa Luzia do Oeste, Rondônia, 24/07/2008.

¹¹⁷ Dados baseados em entrevista realizada com o trabalhador rural Nivaldo Martins, em Santa Luzia do Oeste, Rondônia, 25/07/2008.

¹¹⁸ Agência Senado, *Rondônia não aceita proibição do plantio de cana*, 5/9/07. <http://www.direito2.com.br/asen/2007/set/5/expedito-junior-rondonia-nao-aceita-proibicao-do-plantio-de-cana>

¹¹⁹ <http://ambienteacreato.blogspot.com/2007/11/cana-de-aucar-em-rondonia.html>

¹²⁰ O Estado de São Paulo, *Ministro admite plantio de cana-de-açúcar na Amazônia*, 31/07/08.

¹²¹ <http://ambienteacreato.blogspot.com/2007/11/cana-de-aucar-em-rondonia.html>

SUBSÍDIOS

“Novos investimentos no estado para a produção de Etanol”.



Em Roraima, há dois projetos de usinas em andamento, com previsão de cultivar cana em uma área de 90 quilômetros quadrados até 2009¹²², com uma primeira safra de 3 milhões de toneladas. O governo de Roraima incentiva o setor e oferece isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) até 2018.¹²³ O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio indica que o leste de Roraima seria uma das principais áreas de expansão do plantio de cana.¹²⁴

Políticos locais fazem pressão para que o governo federal transfira terras públicas para controle dos estados. O deputado Francisco Rodrigues (DEM) afirmou que, “Nós reivindicamos da União, cerca de 5 milhões de hectares para implementar o desenvolvimento de Roraima. O próprio governador Ottomar Pinto está ansioso para que Lula assine um decreto que passe o domínio dessas terras ao Estado, para podermos desenvolver, por exemplo a cultura da cana-de-açúcar, para produção de etanol”.¹²⁵

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) anunciou novos investimentos em



Roraima para a produção de etanol à base de cana-de-açúcar e de biodiesel à base de dendê. Segundo nota, a Embrapa pretende “validar informações para subsidiar produtores que queiram investir nessas culturas no Estado”.¹²⁶

Segundo Alvaro Callegari, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Roraima, “A qualidade de vida aqui é excepcional. O clima é ideal para a cana-de-açúcar, temos muita luz, por exemplo. Parece que estamos na praia.”¹²⁷ O estado tem concedido incentivos fiscais para novas usinas, como desconto no ICMS. A empresa paulista Biocapital, instalada recentemente em Roraima, foi uma das que recebeu este tipo de subsídio.

O diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Biocapital, Milton Steagall, afirma que, "A iniciativa partiu da empresa, mas fomos muito bem recebidos pelo governo". Segundo Steagall "o rendimento da cana-de-açúcar nas savanas amazônicas deve ser superior ao obtido em São Paulo". A Biocapital iniciou o projeto com uma plantação de mudas e espera produzir 6 milhões de toneladas de cana até 2014, que serviriam de base para processar 530 mil litros de etanol.¹²⁸

A empresa pernambucana Camaçari Agroindustrial, cultivou 200 hectares de mudas na fazenda São Sebastião e pretende expandir a produção de mudas em 1000 hectares até agosto de 2009. A empresa obteve isenção de 100% do ICMS e sua previsão é produzir 3 milhões de

toneladas de cana até 2009. Segundo o governo local, "seria possível plantar cana-de-açúcar em até 65% do lavrado roraimense, quase 4 milhões de hectares". O secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Rodolfo Pereira, afirmou ao jornal Folha de Boa Vista que, "o Governo do Estado vai lutar contra a política de não se produzir etanol na Amazônia".¹²⁹

Há também interesse de empresas japonesas na exploração agrícola em Roraima. Segundo notícia da Secretaria da Fazenda, "O presidente da COC Products CO Ltda, Fumiaku Miyashita, disse que, diferente do Japão, Roraima é um Estado com uma área bastante extensa e com grande potencial agrícola", e que sua intenção seria "trazer a biotecnologia do Japão para investir na área de agricultura, principalmente na nova variedade da cana-de-açúcar".¹³⁰



¹²² Folha de S. Paulo, 1/6/08.

¹²³ Radiobrás, *Roraima pode virar nova fronteira agrícola da cana-de-açúcar*, 11/09/2007 - 02h48min. <http://www.radiobras.gov.br>

¹²⁴ Ministério do Desenvolvimento, *Governo incentiva plantio de cana na Amazônia*, 28/9/ 07. Exterior http://www.amazonia.desenvolvimento.gov.br/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=1&Itemid=59&limit=9&limitstart=9

¹²⁵ <http://deputados.democratas.org.br/noticias/?nid=974>

¹²⁶ Embrapa amplia sua estrutura em Roraima, http://www.cpafr.embrapa.br/index.php/cpafr/not_cias/embrapa_amplia_sua_estrutura_em_roraima

¹²⁷ Folha de São Paulo, *Plantio de cana avança no Norte do país*, 2/9/07.

¹²⁸ Folha de São Paulo, *Plantio de cana avança no Norte do país*, 2/9/07.

¹²⁹ Jornal Folha de Boa Vista, *65% do lavrado roraimense têm potencial para a cana-de-açúcar*, 28/01/08

http://www.folhabv.com.br/noticia.php?pageNum_editorias=28&editoria=cidades&Id=34765

¹³⁰ Empresários japoneses se reúnem com secretário da Fazenda, 16/11/2006, 15:23:30 <http://www.sefaz.rr.gov.br/noticias/detailnotice.asp?ID=143>

Projeto Tocantins Rural



O Grupo Cucaú, de Pernambuco, adquiriu uma área de 1.300 hectares para o cultivo de cana e iniciou a produção em 2006, com uma safra de 250 mil toneladas, com previsão de expandir para 500 mil toneladas. A usina, chamada Tocantins Açúcar e Álcool, está no município de Arraias, e negociou com o governo estadual a construção de uma ponte sobre o rio Palmas, para o escoamento da produção através da cidade de Taguatinga.¹³¹

Em 2006, o governo do Tocantins também assinou um protocolo de intenções com a empresa Maity Bionergia para a construção de três destilarias de etanol, cada uma com capacidade para processar 2,4 milhões de toneladas de cana, cultivada em 90 mil hectares.¹³²

Segundo a CONAB, houve um aumento de quase 16% na produção de cana no Tocantins, entre 2007 e 2008. A safra passou de 252,1 mil para 291,1 mil toneladas no estado.¹³³ Na safra anterior, entre 2006 e 2007, a maior expansão da região ocorreu no Tocantins, onde houve um aumento de 68,9%.¹³⁴



TOCANTINS

Em 2007, a principal atração da Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins foram os projetos de agroenergia. O governo aproveitou a feira para divulgar o projeto Tocantins Rural, de incentivo à produção de agrocombustíveis, que inclui plantas oleaginosas e cana-de-açúcar. A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seagro) utilizou o evento para promover e “impulsionar a produção de oleaginosas e cana-de-açúcar, matérias-primas para extração de biocombustível”. As empresas e o governo destacam como “vantagens” apresentadas pelo estado a “abundância dos recursos hídricos, solos férteis, chuvas e clima regulares”.¹³⁵



A imprensa local também divulga as condições oferecidas pelo estado, como no seguinte texto, “O engenheiro agrônomo Luiz Antônio Vieira, coordenador de Agroenergia da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado argumenta que, além do crescimento da demanda por etanol, das condições favoráveis de clima e solo e da oferta de água para irrigação dos plantios, o Tocantins oferece outras vantagens adicionais. Ele ressalta que a logística de transportes permitirá exportar etanol pelo Porto de Itaquí (MA), com chegada dos trilhos da Ferrovia Norte-Sul ao pátio multimodal nas proximidades de Palmas”.¹³⁶ Este projeto de infraestrutura inclui hidrovias nos rios Araguaia e Tocantins.

Além da produção de 250 mil toneladas de cana, gerando 20 milhões de litros de etanol, no município de Arraias, a Seagro afirma que há 16 empresas interessadas em se instalar no estado. Uma delas é o grupo Petrogoiás Distribuidora de Petróleo Ltda, que assinou um protocolo de intenções com o governo estadual e deverá atuar como Tocantins Petrotins, no município de Araguaína, com início da safra previsto para 2008.¹³⁷ Outra empresa que atua no estado é a Brasil Ecodiesel, com um

projeto de plantio de mamona no município de Porto Nacional.

Entre os municípios de Peixe e Gurupi, a Companhia Bioenergética Brasileira (CBB) construiu uma usina e implantou um canteiro de mudas de cana com 150 hectares, suficiente para uma produção de dez anos. Para a safra de 2008, o cultivo alcançou 2,4 mil hectares e a empresa pretende chegar a 5 mil hectares plantados.¹³⁸ A previsão é produzir 2 milhões de toneladas de cana até 2014. Em 2008, a empresa prevê uma produção de 120 mil toneladas, resultando em 10 milhões de litros de etanol. A usina obteve um financiamento de R\$ 275 milhões de reais e um desconto de 90% no ICMS, além da doação de um terreno da prefeitura para sua instalação.

De acordo com o governo do Tocantins, o estado poderá utilizar 650 mil hectares para o cultivo de cana. Destes, 90 mil hectares seriam em Gurupi, onde está prevista a conexão das rodovias 153 e 242 com a ferrovia Norte-Sul. Um dos problemas é que nesta região aumenta também o conflito pelo controle de fontes de água, pois a Brasil Bioenergética pratica irrigação no rio Santo



¹³¹ Governo de Tocantins: usina de cana-de-açúcar fará primeira colheita em maio, 10/4/06, artigo de Kelly Costa

¹³² Grupo sucroalcooleiro pode instalar destilaria no Tocantins, 28/06/2006, <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=14403>

¹³³ http://www.paranegocios.com.br/anterior_cont.asp?id=1670

¹³⁴ SECOM TO, Tocantins comprova vocação para a produção de cana-de-açúcar, 13/7/06.<http://portalamazonia.globo.com/noticias.php?idN=37147&idLingua=1>

¹³⁵ Tribuna do Planalto, Biocombustível é tema de feira tecnológica, 20/1/07.

Antônio. Outro impacto foi o aumento no preço da terra, que chegou a 50% desde 2005.¹³⁹

Há um projeto do grupo Coruripe para construir uma usina em Santa Fé do Araguaia. Segundo Vitor Wanderley, diretor da empresa, “Temos um projeto de parceria com a Petrobrás para exportação, precisamos expandir nossos negócios e dentro de um prazo de 4 a 5 anos vamos estar moendo cana no Tocantins”. A previsão da empresa é produzir 3,5 milhões de toneladas de cana na região.¹⁴⁰

A empresa paulista Agrícola Rio Galhão também pretende produzir cana no Tocantins, na

região do Jalapão, que inclui 34 mil km² nos municípios de Ponte Alta, Mateiros, São Félix do Jalapão, Novo Acordo, Santa Tereza e Lagoa.¹⁴¹ A área faz parte do parque ambiental do Jalapão, por onde passam os rios Formiga, Novo, Sono, Soninho, Balsas, Preto e Caracol. A fauna abriga espécies raras como tamanduás-bandeira, antas, capivaras, raposas, gambás, macacos, jacarés, onças, tucanos, emas, papagaios e araras-azuis. Ali estão as cachoeiras da Velha, de Formiga, da Gruta de Suçupara e o poço do Fervedouro, formado por uma nascente subterrânea e considerado um patrimônio natural.¹⁴²



¹³⁶ O jornal, Etanol traz cultivo para o Tocantins, 03/11/2007.

http://www.ojornal.net/ojornal/index.php?option=com_content&task=view&id=1145&Itemid=25

¹³⁷ SECOM TO, Tocantins comprova vocação para a produção de cana-de-açúcar, 13/7/06.

<http://portalamazonia.globo.com/noticias.php?idN=37147&idLingua=1>

¹³⁸ Embrapa relata expansão de cana na Amazônia <http://www.tribunadoplanalto.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=2813>

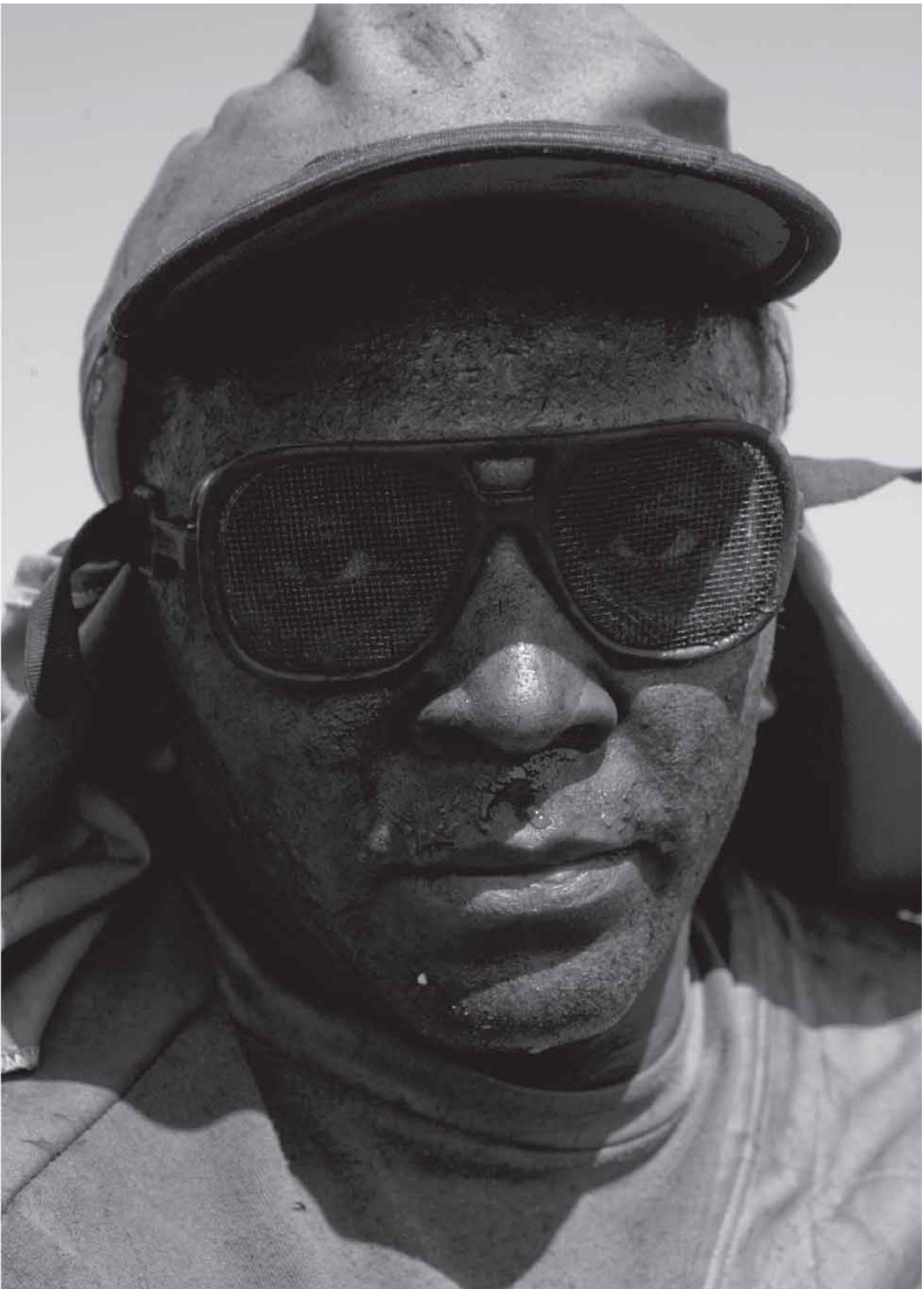
¹³⁹ Valor Econômico, Canaviais também avançam e concorrem com a pecuária no Tocantins, 20/12/07.

<http://www.faanabrazil.com.br/sistema/modules/news/article.php?storyid=1195>

¹⁴⁰ Secom, Usina de álcool deve ser implantada em Santa Fé do Araguaia, TO, 19/06/2007. <http://secom.to.gov.br/noticia.php?id=13988>

¹⁴¹ Cultivo da cana de açúcar no Jalapão, no Tocantins, uma das atividades que está mudando a realidade da economia local, 03/04/08, www.anoticia-to.com.br/noticias.php?IdNoticia=6883

¹⁴² Paraíso perdido no Tocantins, http://mundooi2.oi.com.br/materia_revista_42/materia.php?id=16938

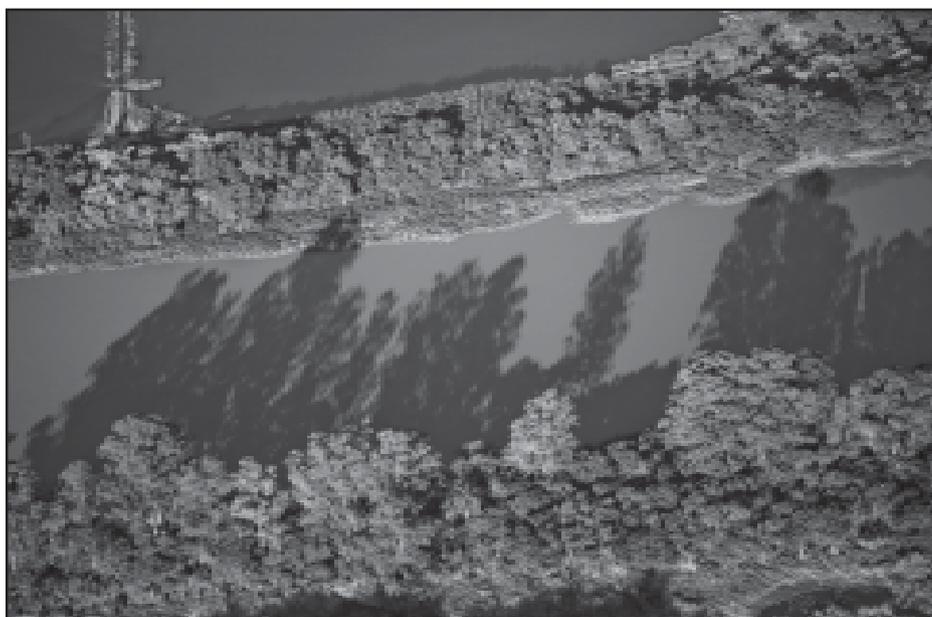


Projetos de Infra-estrutura na Amazônia

O estudo sobre a expansão de monocultivos na Amazônia e a destruição ambiental coincide com a implantação de projetos de infra-estrutura para a exportação de commodities agrícolas e energéticas. Em nível regional, estes projetos estão incluídos na Integração da Infra-estrutura Sul-Americana - IIRSA, que tem sua versão brasileira expressa no PAC.

O projeto da IIRSA foi apresentado em agosto de 2000, durante uma reunião de países Sul-Americanos, organizada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília. A proposta foi elaborada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em parceria com a Corporação Andina de Fomento (CAF) e com o Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e inclui megaprojetos de transporte, energia e comunicação na Amazônia, Pantanal, Chaco e Cordilheira dos Andes. O principal objetivo é facilitar as exportações de produtos primários através dos portos do Atlântico, Pacífico e Caribe.

A primeira fase da IIRSA contém 31 projetos orçados em US\$ 6,921 bilhões de dólares, com previsão de chegar a 350 projeto a um custo de US\$ 38 bilhões de dólares. Segundo estudo do Observatório Latinoamericano de Geopolítica, o eixo Amazonas do projeto seria o mais estratégico porque “concentra cerca de 40% da biodiversidade do planeta e entre 15 e 20% da água doce congelada. Além do carbono que contém em seu subsolo, é uma fonte incalculável de biomassa. (...) A via de interconexão, portanto, tem como objetivo penetrar as riquezas da selva amazônica,





dirigindo-as para os oceanos mediante a união dos rios que quase a desenham naturalmente, através dos portos de Tumaco (Colômbia), Esmeraldas (Equador), Paita (Perú), Manaus, Belém e Macapá (Brasil). A área definida para o eixo é estimada em 4.5 milhões de km² e conta com 52 milhões de habitantes”.¹⁴³

Algumas das obras previstas, que teriam enorme impacto ambiental na Amazônia são o complexo hidroelétrico e hidroviário do Rio Madeira e a hidroelétrica de Belo Monte. Segundo o jornalista Igor Fuser, “Na Amazônia brasileira, que tem seu território incluído em quatro dos “eixos de integração”, a influência das obras se estenderá por 2,5 milhões de hectares, atingindo 107 terras indígenas, cujos residentes representam 22% da população indígena brasileira. Outras 484 áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade também seriam afetadas”.¹⁴⁴

Em 2007, o governo brasileiro lançou o PAC que, na prática, viabiliza mais recursos para a realização da IIRSA. Alguns dos projetos previstos são: a rodovia que ligará os municípios de Lábria e Humaitá no estado do Amazonas; a rodovia entre Manaus e Boa Vista (passando por territórios indígenas), onde está localizada a Usina Jayoro; a BR 401 que ligaria Boa Vista até o município de Normandia, com acesso ao porto de Georgetown na Guiana; a BR 317 que ligará Rio Branco a

Brasília, na divisa do Acre com o Amazonas; e a BR 364, que sairia de Sena Madureira até o Rio Liberdade, com acesso ao Anel Rodoviário de Rio Branco.

A idéia é transformar Rio Branco no ponto de escoamento de commodities do Mato Grosso, de Rondônia e do Amazonas em direção aos portos do Pacífico. No Mato Grosso está prevista a construção de uma rodovia entre os municípios de Diamantino, Sapeza e Comodoro, cujo objetivo é o escoamento da produção até os portos de Porto Velho, em Rondônia e Itacoatiara, no Amazonas. Há também um projeto de ampliação da BR 163, entre Cuiabá e Santarém; além da reabertura da BR 319, entre Porto Velho e Manaus.

Em Rondônia, o projeto prevê a construção das hidroelétricas de Santo Antônio e Jirau. No Amapá, a previsão é o asfaltamento da BR 156, entre Oiapoque e Ferreira Gomes. No Pará, a principal obra é a BR 163, cujo objetivo é o escoamento da produção agrícola para o porto da Cargill, em Santarém. Há ainda o projeto da BR 230, para interligar o Pará ao Tocantins, por onde seriam feitas as exportações de produtos do leste do Mato Grosso e do sudeste do Pará.¹⁴⁵

O que vemos hoje na Amazônia é o avanço de uma política voltada para os interesses de grandes empresas nacionais e transnacionais, além da continuidade do modelo predatório baseado no latifúndio e na exploração de bens naturais. Neste processo, a autonomia do país para a utilização de suas terras e seus recursos naturais, de acordo com as reais demandas do povo brasileiro, é colocada em cheque. Esta política integra um complexo econômico agrícola, industrial, financeiro e comercial, monopolizado por empresas como Cargill, ADM, Monsanto, Bunge, Dreyfus, Syngenta, Basf, Coca Cola, Bayer, Vale do Rio Doce, Votorantim, Alcoa, Odebrecht, entre outras. No setor de agrocombustíveis, verifica-se ainda a integração das indústrias automobilística, petroleira e do capital financeiro internacional.

¹⁴³ Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, Territorialidad de la dominación

Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA), estudo de Ana Esther Ceceña, Paula Aguilar e Carlos Motto.

¹⁴⁴ Infra-estrutura a serviço do grande capital, Igor Fuser, Texto publicado no Le Monde Diplomatique Brasil, Março 2008, pgs. 12/14.

¹⁴⁵ Cadernos de formação nº 4 . Fase Amazônia. 2007.



VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Desmatamento na Amazônia: violência no campo e trabalho escravo

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os 50 municípios onde houve maior grau de desmatamento na Amazônia, entre 2004 e 2007, também apresentaram maior incidência de violência no campo e trabalho escravo. A CPT conclui que a violência e a devastação da floresta caminham juntas e são conseqüências do modelo econômico imposto na região. Segundo o advogado José Batista Afonso, “A valorização no mercado mundial dos produtos oriundos dos monocultivos, principalmente aqueles utilizados para os agrocombustíveis, além do gado e da mineração, têm impulsionado fortemente a derrubada da floresta amazônica”.¹⁴⁶

Segundo nota da CPT, “Em 2007, os agrocombustíveis foram apresentados como a grande alternativa ao aquecimento global. A expansão da área plantada com cana-de-açúcar veio acompanhada de grandes investimentos em novas usinas. Atualmente existem 363 usinas em operação no Brasil. O etanol se tornou o carro-chefe destes novos combustíveis e foi o centro da agenda do presidente Lula em suas viagens internacionais, que chegou a guindar os usineiros à categoria de “heróis nacionais”. Mesmo contra todas as evidências, afirmou que a Amazônia não se prestava ao cultivo da cana. Esta atividade encontrou ardorosos defensores também no Congresso Nacional. Os números, porém, mostram o

lado amargo da cana-de-açúcar. 52% dos trabalhadores libertados pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho em condição análoga à escravidão, foram encontrados em usinas do setor sucroalcooleiro: 3.131 do total de 5.974. Outras formas de exploração dos trabalhadores e de desrespeito à legislação trabalhista também estão ligadas a esta atividade. Dos casos de desrespeito à legislação trabalhista que a CPT registrou, a imensa maioria está ligada ao setor da cana”.¹⁴⁷

Alguns casos foram emblemáticos. Em julho de 2007, fiscais do Ministério do Trabalho libertaram 1108 trabalhadores que faziam a colheita da cana para a fazenda Pagrisa (Pará Pastoril e Agrícola S.A.), no município de Ulianópolis (Pará), localizado a 390 km de Belém.

A OIT informou que: “De acordo com o auditor fiscal do trabalho e coordenador da ação, Hum-

berto Célio Pereira, havia trabalhadores que recebiam menos de R\$ 10,00 por mês, já que os descontos ilegais realizados pela empresa consumiam quase tudo o que havia para receber de salário. O auditor informa ainda que a comida fornecida aos trabalhadores estava estragada e havia várias pessoas sofrendo de náuseas e diarreia. A água para beber, segundo relato dos empregados na fazenda, era a mesma utilizada na irrigação da cana e, de tão suja, parecia caldo de feijão. O alojamento, de acordo com Humberto, estava superlotado e o esgoto corria a céu aberto. Vindos em sua maioria do Maranhão e do Piauí, não havia transporte à disposição dos trabalhadores para levá-los da fazenda ao centro de Ulianópolis, distante 40 quilômetros”.

Outro caso semelhante ocorreu na Usina Debrasa, que utilizava trabalhadores indígenas como escravos. No dia 13 de novembro de 2007, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, composto por Auditores Fiscais do Trabalho, Ministério Público do Trabalho (MPT) e Polícia Federal interditou esta usina, que pertence a Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool/Agrisul, em Brasilândia, município localizado a 400 quilômetros de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

Segundo informações do Grupo Móvel, cerca de 800 trabalhadores indígenas foram encontrados em condições degradantes. O relatório afirma que os trabalhadores foram encontrados em “alojamentos precários e sem higiene, com



esgoto a céu aberto, sem condições sanitárias adequadas e constante falta de água. O transporte era precário, realizado por veículos sem segurança e sem autorização para transporte de trabalhadores”. Também foi constatado atraso no pagamento de salários e o não recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Na área industrial da usina, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel identificou excesso de vazamento nas tubulações, alto de nível de ruído e presença de bagaços de cana livres no ar (situação que pode provocar doenças respiratórias como a bagaçose), além da falta de sistema de combate a incêndio, entre outras irregularidades. Após a fiscalização, a Auditoria-Fiscal do Trabalho interditou os alojamentos e as frentes de trabalho. Essa empresa já foi denunciada e autuada várias vezes por infringir normas de proteção ao trabalhador, por atraso de pagamento de salários e descumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho.

Todos os anos, centenas de trabalhadores são encontrados em condições degradantes nos canaviais: sem registro trabalhista, sem equipamentos de proteção, sem água ou alimentação adequada, sem acesso a banheiros e vivendo em moradias precárias. Muitas vezes os trabalhadores precisam pagar por instrumentos como botas e facões. No caso de acidentes de trabalho, não recebem tratamento adequado.



O setor sucroalcooleiro possui um histórico de violações de direitos trabalhistas. Arquivos do Ministério do trabalho mostram que o trabalho escravo tem sido recorrente na região. Por exemplo, em 12 de junho de 1997, ocorreu uma fiscalização na Destilaria Gameleira, no Mato Grosso, onde foram registradas as seguintes ocorrências:

“Alguns empregados informaram que trabalhariam em jornada superior a 12 horas diárias, bem como em domingos e feriados. Foi encontrado o goiano Reginaldo Ferreira de Andrade, trabalhador aliciado em Goiás, e que não suportando o clima de humilhação, pedira demissão e tivera como saldo apenas R\$2,00. Fomos informados de todas as formas de humilhação e coação a que vinham sendo submetidos 106 trabalhadores aliciados em Goiás. A fiscalização dirigiu-se a



um setor do plantio de cana para constatar o trabalho noturno, na aplicação de veneno. Chovia e os trabalhadores que se encontravam na atividade não tinham a proteção necessária, muito menos iluminação local. Ao examinar os documentos da empresa, detectamos retenção de CTPS, atraso no pagamento de salários, descontos indevidos no salário, entre outras infrações. No corte da cana

detectamos vários trabalhadores com lesões. Tivemos o relato de que é prática trabalharem doentes, por falta de assistência da empregadora e que durante a safra o empregado Cícero Amaro da Silva, oriundo de Pernambuco, adoeceu com crises abdominais. Segundo seus companheiros, ia ao corte e, muitas vezes caía, contorcendo-se de dores. Não conseguindo mais trabalhar, foi obrigado pela empresa a solicitar dispensa e retornar à origem, onde faleceu logo ao chegar “.

Denúncias como essas são comuns. Nas usinas Jaciara, Cooperb e Alcoopan, em Mato Grosso, há uma série de registros de trabalho escravo.¹⁴⁸ A indústria canavieira tem um histórico de violações, como falta de pagamento de salários e condições desumanas de moradia e alimentação, que geraram uma série de greves de trabalhadores.¹⁴⁹ Na destilaria Alcomat, no município de Comodoro, fiscais do Ministério do Trabalho resgataram trabalhadores presos em duas celas, que eram mantidas por seguranças da usina.¹⁵⁰ Também foram encontrados cassetetes e armas, que serviam para espancar e ameaçar trabalhadores.¹⁵¹

A história de violência na região é marcante também no Pará. Segundo a jornalista Evanize Sydow, “O massacre de Eldorado dos Carajás suscitou o Dia Internacional da Luta Camponesa da Via Campesina – o fatídico 17 de abril de 1996, quando 19 trabalhadores rurais sem terra foram assassinados

pela Polícia Militar, na chamada Curva do S, na Rodovia PA-150, e outros 69 ficaram feridos. Entre 1996 e 2006 – 10 anos depois do massacre de Eldorado dos Carajás - cerca 170 lideranças foram assassinadas no Pará, sendo que em 1996 foram 33 trabalhadores assassinados no estado. A violência no campo é uma triste marca do território paraense. É ali que estão os maiores números de casos de utilização de mão-de-obra escrava. Foi ali que fazendeiros mandaram assassinar a missionária Dorothy Mãe Stang

em fevereiro de 2005. Mesmo com a presença do Exército e da Polícia Federal em Anapu, cidade onde morava a freira, os trabalhadores rurais permanecem inseguros e sofrendo ameaças veladas. Os grandes proprietários de terra do estado, em sua maioria, contam com milícias armadas. Segundo a CPT, no Pará, nos últimos 34 anos, houve mais de 770 assassinatos de trabalhadores rurais e de pessoas que os apoiavam. Somente em três casos houve o julgamento de mandantes dos crimes."¹⁵²



¹⁴⁶ Radioagencia Notícias do Planalto, Municípios que más deforestation son más violentos, afirma CPT, 5/5/08.

¹⁴⁷ Comissão Pastoral da Terra, *Explode o número de trabalhadores escravizados no setor sucroalcooleiro*, www.cptnacional.org.br.

¹⁴⁸ A Gazeta, *Cooperb é denunciada de novo*, 23/06/92; A Gazeta, *Paralisação no canavial*, 12/08/97; Diário de Cuiabá, *Trabalho escravo é denunciado em Poconé*, 03/07/91.

¹⁴⁹ Diário de Cuiabá, *Trabalhadores estão em greve por causa de atraso salarial*, 19/12/96.

¹⁵⁰ Diário de Cuiabá, *Usina de álcool punia empregados 'rebeldes' com prisão em celas*, 24/10/96.

¹⁵¹ Diário de Cuiabá, *Espancamento e cela faziam parte da rotina de terror*, 24/10/96.

¹⁵² Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, *Relatório Direitos Humanos no Brasil 2006, Massacre de Eldorado dos Carajás completa 10 anos e movimentos lutam contra a impunidade*, artigo de Evanize Sydow, www.social.org.br.



Homenagem à luta pela Reforma Agrária e pela preservação de bens naturais:¹⁵³

AS VÁRIAS mortes de Irmã Dorothy Mae Stang



Símbolo da luta pelos direitos humanos, a religiosa, que foi alvo de tiros em Anapu, no Estado do Pará, morreu pela primeira vez na década de 70 e seguiu morrendo outras vezes após o dia 12 de fevereiro deste ano. Irmã Dorothy Mae Stang começou a ser assassinada quando os militares empoderados em 1964, visando à proteção do latifúndio contra os questionamentos que se apresentavam em outras áreas e à penetração capitalista na Amazônia, lançaram as bases para o programa de ocupação da região.

Com o alarde proporcionado por vastíssimos recursos para a propaganda, anunciavam que o empreendimento levaria “homens sem terra para a terra sem homens” e forneceria recursos naturais e energia para a região, de modo que nas vastíssimas áreas concedidas a empresários que se comprometessem a investir no desenvolvimento da região estariam presentes todos os fatores produtivos, capital, força de trabalho, energia e matérias-primas.

O que se apresentava, porém, como eliminador de raízes

do conflito fundiário resultou no maior gerador da violência, corrupção, apadrinhamento e impunidade, eis que, longe de promover a expansão do meio técnico na região, levando a produção capitalista até onde sequer se conhecia ainda a presença de grupos autóctones, os militares lograram a inserção de todos os elementos de atraso, que até hoje são característicos do Pará.

Falhou a equação proposta pelos militares, no que esteve determinada pela visão positivista, quando considerou que os



atores sociais se conformariam em desempenhar o papel que a eles fora designado no projeto.

Ao contrário do planejado, porém, o elemento que se imaginava viesse a constituir o fator primordial do novo, o empreendedor capitalista que, com seus recursos e mentalidade avançada, possibilitaria a interação de todos os demais, optou por revelar que sua face de perseguidor do lucro não se diferenciava de sua face concentradora da propriedade da terra reduzida à improdutividade, de um lado, ou de explorador escravista, de outro.

Por que, raciocinaram os primeiros, imobilizar capitais nem sempre realmente existentes

ou disponíveis, se era possível pleitear – e muitas vezes obter – que o Estado fornecesse crédito tendo como garantia os títulos por ele próprio outorgados, e com uma fiscalização praticamente inexistente ou posta em mãos de funcionários as quais sempre se podia umedecer com agrados? Ou, por que fazê-lo, se era possível apenas manter os títulos de concessão, aguardando que as pressões resultantes da presença do elemento humano deslocado obrigassem o Estado a fornecer a infra-estrutura necessária, aquela que pelos termos conveniados cabia como contrapartida ao capital?

A negativa dos contemplados com as concessões de realizar os

investimentos compromissados implicou na manutenção inalterada da vitória da dura realidade da natureza sobre o agente humano, e no prolongamento da falta de mão-de-obra. Se a ausência de infraestrutura desestimulava a ida para a região na condição de trabalhador agrícola, aqueles que se deixavam seduzir pela promessa da “terra sem homens” não havia porque se submeterem ao trabalho assalariado, quando a vastidão da selva prometia a cada um a parcela que julgasse necessária para seu esforço.

Já por isso o que pudesse ser a vertente avançada do capitalismo viu-se frente à dificulda-

de de concretizar o anunciado desenvolvimento e, repetindo a anterior solução das *plantations*, recorreu freqüentemente ao emprego de trabalho escravo. A respeito, recorde-se ter sido denunciado, mais de uma vez, o emprego de mão-de-obra cativa por empresas capitalistas, as mais avançadas e reconhecidas, como o Bradesco (fazendas reunidas Taina Recan, em Santa do Araguaia, e Alto Rio Capim, em Paragominas) e a Volkswagen (fazenda Vale do Rio Cristalino, no sul do Pará).

Mantidas intocadas por mais de dez anos, as áreas que tinham sido objeto das concessões outorgadas pelos militares deveriam ter retornado há muito ao controle da União, mas, em vez disso, vieram e vêm sendo utilizadas ainda hoje como garantia para esquema de financiamento de projetos existentes somente no papel, sem que fossem realizadas as obras conveniadas, e para a exploração predatória da madeira, o que somou às riquezas provenientes das concessões de terras aquelas originárias da degradação do

meio ambiente e das fraudes contra os programas de desenvolvimento da Amazônia.

A Terra do Meio, entre os rios Xingu e Tapajós, assiste há muito o conflito entre os posseiros que se estabeleceram na região e os concessionários inadimplentes que ainda querem fazer valer títulos por esse motivo já invalidados.

À omissão da União de declarar a nulidade dos títulos face ao descumprimento dos contratos e de propor as ações reivindicatórias nos casos em que necessário, somam-se a inação e lentidão do Judiciário e o acúmulo de autoridades com os latifundiários, o que garante a cobertura da polícia à jagunçagem e os pistoleiros, perpetuando o conflito e a violência.

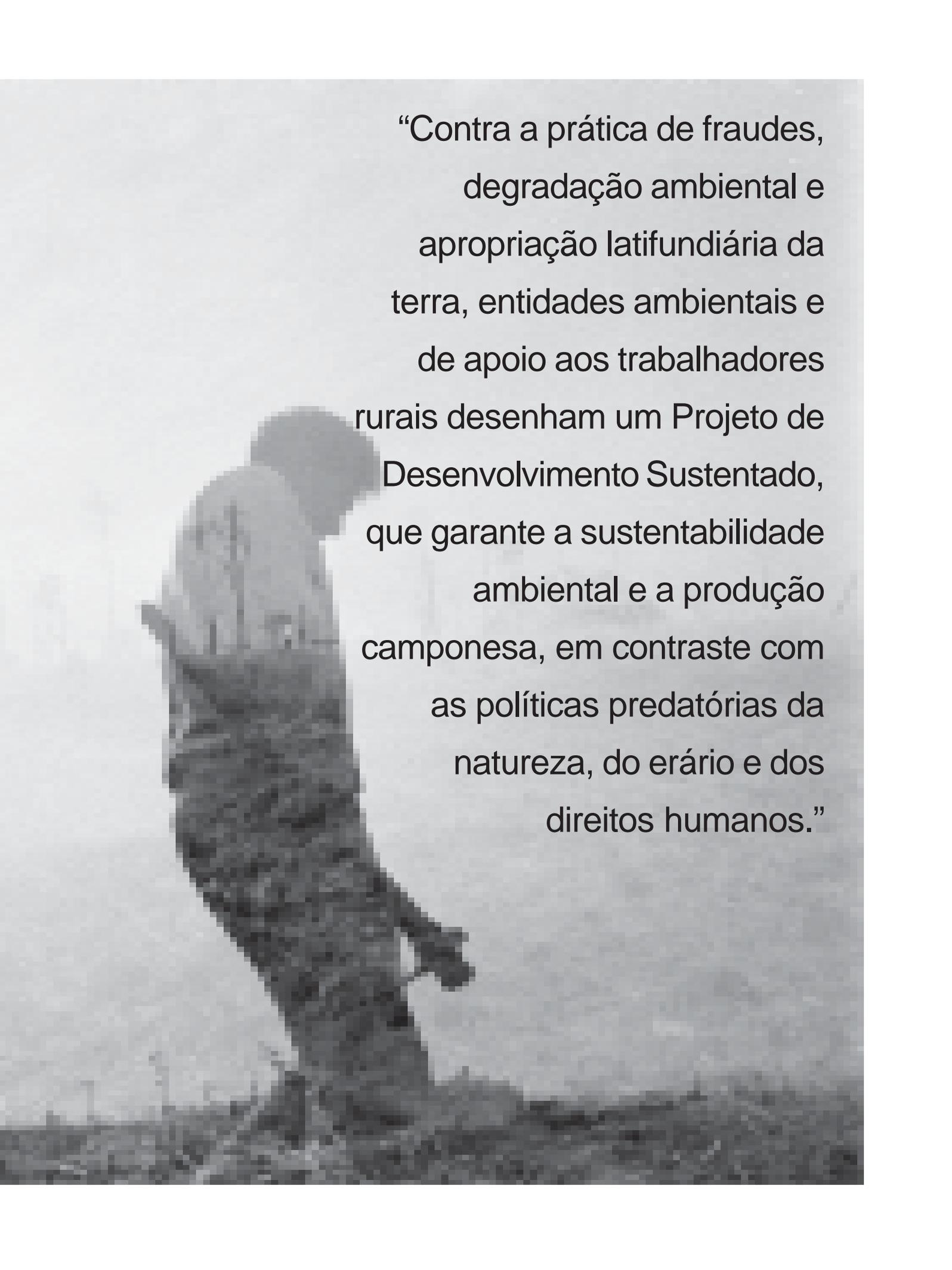
Contra essa prática de fraudes, degradação ambiental e apropriação latifundiária da terra, entidades ambientais e de apoio aos trabalhadores rurais desenharam Projeto de Desenvolvimento Sustentado, que garante a sustentabilidade ambiental e da produção camponesa, em contraste com as

políticas predatórias da natureza, do erário e dos direitos humanos. A esse projeto de desenvolvimento sustentado, Irmã Dorothy dedicou seu tempo e sua vida.

A morte de Dorothy Mae Stang é a coroação de um processo político-econômico que sangra não apenas corpos físicos, mas uma economia e um futuro. É parte desse movimento que articulou na Amazônia, militares, empresários e aventureiros. Mas as coroações, sendo momentos de mudança, representam uma transformação num ciclo, mas não seu término. É a abertura de um momento, que prolonga a monarquia. A monarquia do atropelo dos direitos humanos no Estado do Pará não parece, longe disso, próxima de ajustar contas com a República brasileira. Morta Irmã Dorothy, tivemos a ilusão da presença do Estado na Terra do Meio, com o desdobrar de forças militares e da Polícia Federal, o que não impediu as comemorações e os fogos com que as classes dominantes de Anapu e Pacajá saudaram o homicídio.

¹⁵³ Texto de Aton Fon Filho, advogado e diretor da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.





“Contra a prática de fraudes,
degradação ambiental e
apropriação latifundiária da
terra, entidades ambientais e
de apoio aos trabalhadores
rurais desenham um Projeto de
Desenvolvimento Sustentado,
que garante a sustentabilidade
ambiental e a produção
camponesa, em contraste com
as políticas predatórias da
natureza, do erário e dos
direitos humanos.”





“Dados e análises
recentes sobre a expansão
do monocultivo de cana
no Brasil, a partir
da chamada
febre do etanol”.

Rede
Social
de justiça e direitos humanos

CPT 30
anos